



**Universidade de Brasília**  
Faculdade de Comunicação  
Curso de Comunicação Social  
Habilitação Comunicação Organizacional

**VICTORIA DOS SANTOS LEMOS**

**ANÁLISE DE IMAGEM INSTITUCIONAL**  
**Mineradora Samarco S.A**

Brasília - DF  
2018

**VICTORIA DOS SANTOS LEMOS**

**ANÁLISE INSTITUCIONAL DE IMAGEM**  
**Mineradora Samarco S.A**

Monografia apresentada a Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Organizacional.

Professor orientador: Prof. Dr. Carlos Potiara Ramos de Castro

Brasília  
2018

LEMOS, Victoria dos Santos.

ANÁLISE DE IMAGEM INSTITUCIONAL: Mineradora Samarco S.A / Victoria dos Santos Lemos - Brasília, 2018.  
80 fl. : il.

Monografia (bacharelado) - Universidade de Brasília,  
Faculdade de Comunicação, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Potiara Ramos de Castro,  
Faculdade de Comunicação e Centro de Estudos Avançados  
Multidisciplinares.

1. Comunicação Organizacional 2. Imagem Organizacional 3.  
Jornalismo Online 4. Meio Ambiente 5. Mineração I. Título



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação  
Curso de Comunicação Social  
Habilitação em Comunicação Organizacional

Banca Examinadora

---

Professor Doutor Carlos Potiara Ramos de Castro (orientador)

---

Professor Doutor João José de Azevedo Curvello

---

Professora Doutora Luiza Spínola do Amaral

Brasília, junho de 2018.

“Forjai espadas das vossas relhas de arado e lanças, das vossas podadeiras; diga o fraco: **Eu sou forte.**”

Joel, 3:10 (NTLH).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter me dado a condição, a força e a inspiração para realizar esse trabalho do qual me orgulho. Seu Espírito Santo me proporcionou todo o apoio necessário para seguir em frente em momentos tão difíceis na minha vida. Nunca me esquecerei dos dias 22 e 26 de Fevereiro de 2017 e de tudo o que vivi.

Agradeço meus pais por todo o amor, incentivo emocional e material despendido durante minha estadia na Universidade de Brasília. O amor de vocês é a base de todas as conquistas, em especial as de longo prazo, como um curso universitário.

Em terceiro lugar, agradeço aos professores da UnB pelo suporte e ensinamentos durante esses quatro anos de Universidade. Agradecimentos especiais aos doutores Elen Geraldine e José Curvello de tamanha qualidade dos seus trabalhos em pesquisa e em magistério, e também sou muito grata pelo acolhimento singular de vocês durante a minha gestão no Centro Acadêmico de Comunicação. Tive muita sorte de representar os estudantes do curso durante a gestão de vocês, os quais considero que são os melhores gestores do curso de Comunicação Organizacional.

Meu colega Felipe Viegas, do qual posso chamar de meu amigo, por me mostrar, com sua lealdade, companheirismo, originalidade e bom humor a “separar o joio do trigo”, como disse o Pedro. Tenho muito orgulho do seu desenvolvimento desde o início do curso, e do quanto você se desenvolveu como pessoa e como profissional.

Agradeço ao meu amigo João Marcelo e todos os envolvidos nos projetos de extensão Politeia, AMUN e Veredicto. De vocês levo o maior aprendizado dessa graduação. A transformação social que vocês oferecem aos simulantes e parceiros compensa cada minuto despendido no staff!

Por fim, agradeço à minha suplente Rosa Helena. Sua presença na Faculdade de Comunicação dispensa todos os comentários.

Gratidão a todos vocês!

## RESUMO

Os problemas ambientais são um problema do qual as mineradoras que operam no Brasil estão se deparando com frequência nas últimas décadas. Junto a eles, somam-se também problemas sociais, judiciais e até mesmo culturais perante a população local afetada por eles direta ou indiretamente. Essa preocupação tem feito com que as organizações de grande porte trabalhem com uma gestão administrativa focada em riscos, buscando soluções legalmente adequadas para solucionar dificuldades que afetem a extração, distribuição e consumo dos minerais extraídos. Esse trabalho tem como objetivo a análise da imagem organizacional da mineradora Samarco frente a essas questões; o contexto que ela está inserida; como é o seu trabalho de Comunicação e como ela consegue gerir um cenário de grave crise e ao mesmo tempo dialogar com todos os moradores afetados pelo acidente que se originou em Mariana no ano de 2015, no rompimento da barragem de rejeitos que levou à ruínas o meio ambiente e alterou completamente a vida de todos os moradores das cidades atingidas pela lama. Através da análise do jornal de principal circulação de Minas Gerais, constatou-se que a postura da Assessoria de Comunicação da mineradora não reagiu de forma proativa e responsável como se espera quando a organização está enfrentando uma crise – sobretudo após um desastre gravíssimo como esse cuja responsabilidade da Samarco é questionada pela comunidade de atingidos.

**Palavras-chave:** Comunicação Organizacional; Imagem Institucional; Mineração; Meio Ambiente.

## **ABSTRACT**

Environmental problems are problems from which mining companies operating in Brazil have been running in the last few decades. Together with them, social, judicial and even cultural problems are also added to the local population affected by them directly or indirectly. This concern has made large organizations work with a risk-focused administrative management, seeking legally appropriate solutions to solve difficulties that affect the extraction, distribution and consumption of minerals. This work aims to analyse the organizational image of the mining company Samarco in the face of these issues; the context that it is inserted; how its communication work and how it manages a scenario of serious crisis and at the same time dialogue with all the residents affected by the accident that originated in Mariana in the year 2015, in the breakup of the barrage of rejects that led to ruins the environment and completely altered the lives of all the residents of the mud-stricken cities. Through the analysis of the newspaper of major circulation in the state of Minas Gerais, it was found that the posture of the communication assessor of the mining company did not react in a way proactive and responsible as expected when the organization is facing a crisis – especially after a serious disaster such as that which Samarco's responsibility is questioned by the affected community.

**Keywords:** Organizational Communication; Institutional Image; Mining; Environment.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1.1 - Histórico de Rompimentos	19
Figura 1.2 – O caminho dos rejeitos de lama	20
Figura 2 - Organograma do Conselho de Administração da Samarco S.A	34
Figura 3 - Palavras que Representam o Dia a Dia da Mineração	44

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Portais de notícias e reportagens	38
--	----

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1 Tema de pesquisa.....	12
1.1 Problema de pesquisa.....	12
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	12
2.1 Objetivo Geral .....	12
2.2 Objetivos Específicos .....	12
<b>3 JUSTIFICATIVA</b> .....	13
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	16
<b>5 A SAMARCO S.A</b> .....	17
5.1 O Desastre .....	18
5.1.2 O que diz a Samarco.....	21
<b>6 MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE – O LADO AMBIENTAL</b> .....	23
<b>7 COMUNICAÇÃO E CRISE</b> .....	27
7.1 A Crise e o papel da Assessoria de Imprensa em Comunicação .....	30
7.2 Samarco S.A: Assessoria de Imprensa e Gestão de Riscos .....	33
<b>8 O JORNALISMO NA INTERNET</b> .....	36
<b>9 ANÁLISE DE REPORTAGENS E CONTEÚDOS RELEVANTES</b> .....	38
9.1 Pesquisa Exploratória.....	38
9.2 Reportagens.....	38
<b>10 IMAGEM E REPUTAÇÃO</b> .....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	47
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	49
<b>ANEXOS</b> .....	51

# INTRODUÇÃO

Segundo o minerador e instrutor Marcos Lopes (2015), a mineração “é o processo de extração de minerais, metálicos ou não metálicos, na natureza, em seu estado bruto”. De forma resumida, é a atividade que possibilita diversos setores da economia desenvolverem produtos a partir do trabalho de extração da matéria-prima vinda das minerações. A atividade mineradora é considerada como fundamental no desenvolvimento econômico de qualquer país desde que sejam atendidas as devidas legalidades jurídicas, responsabilidades sociais e ambientais de cada região.

Desde a colonização, a busca por recursos naturais e materiais preciosos tem marcado a história política, econômica e social brasileira, mostrando sua grande relevância na história nacional. Nosso país é detentor de um território continental de notável diversidade geológica com destaque global em reservas e produção mineral. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração apenas essa atividade foi responsável por 5% do PIB de todo o Brasil em 2014<sup>1</sup>.

No entanto, não somente de belos números e desempenho forte é formado esse setor econômico. Com sérios impasses com o governo e população - que também fazem parte do seu público - as mineradoras têm um histórico que não somente demonstram a necessidade urgente de uma reestruturação de trabalho como uma enorme mancha institucional na imagem, especialmente pelo acidente de 2015 causado pela Samarco, que expôs a necessidade de controle e fiscalização governamental para danos ambientais de alta gravidade.

A comunicação não necessariamente é a atividade-meio das organizações mineradoras, mas é a base para o começo e a manutenção delas tanto no relacionamento com seus públicos, como os trabalhadores internos, a comunidade externa e o governo. Como a empresa se reestruturou e qual a imagem deixada na imprensa durante sua grave crise institucional é importantíssimo para a reestruturação organizacional, jurídica e ambiental causada pelo desastre.

---

<sup>1</sup>Informações sobre a Economia Mineral Brasileira, 2015, pág 05. Disponível em: <<http://portaldaminerao.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Economia-Mineral-Brasileira.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

# 1 Tema de pesquisa

## **Análise de Imagem da mineradora Samarco S.A**

### 1.1 Problema de pesquisa

Esse trabalho de conclusão de curso busca investigar por meio da comunicação organizacional três aspectos:

1. Descobrir o acidente causado pela mineradora em 2015
2. De que forma esse acidente é tratado, em reportagens
3. A postura da mineradora diante da crise e como isso prejudicou a sua imagem

Dentro desses três aspectos existe uma pergunta central que iniciou a pesquisa deste trabalho: como e porque esse acidente aconteceu? De que forma podemos trabalhar para a resolução desse caso?

## **2. OBJETIVOS**

### 2.1 Objetivo Geral

Analisar as relações de poder envolvendo mídia, a mineração e comunidades locais.

### 2.2 Objetivos Específicos

1. Conhecer e apresentar a atividade mineradora
2. Descobrir o que foi o acidente ambiental de 2015
3. Investigar a relação da imagem institucional da Samarco após os crimes ambientais na mídia online

### 3 JUSTIFICATIVA

Não há como pensar em Comunicação Organizacional sem que se pense na interação com outras ciências humanas, assim como não há como falar em sustentabilidade sem pensar no meio ambiente e na interação de todos os indivíduos e populações de seres vivos.

Os acidentes ambientais são problemas graves que precisam ser resolvidos para que não se tornem prática comum em um país. Observa-se que em muitos lugares onde existem brechas na lei, corrupção e falta de informação não há desenvolvimento social e não há representatividade. Esses dois fatores são fundamentais no aspecto comunicacional pois são eles que definirão o trabalho organizacional a ser desempenhado para que a comunidade e a natureza formem um meio ambiente saudável e próspero. Esses pontos serão tocados em profundidade ao longo do trabalho.

A revolução industrial do séc XIX teve significação extrema em termos econômicos e tecnológicos em todo mundo. Essa significação também repercutiu no termo ambiental, no entanto, de uma forma negativa. A transição de formas artesanais de trabalho, onde o homem detinha todos os processos de produção e ele mesmo produzia o que consumia para formas intensivas de extração de matéria-prima em larga escala acabou gerando graves consequências socioambientais.

Segundo os autores Nascimento, Lemos e Mello

[...] A intensificação da industrialização, a explosão demográfica, a produção e o consumo desmedido, a urbanização e a modernização agrícola geraram desenvolvimento econômico, tendo como uma de suas consequências a degradação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, a poluição da água, do solo e do ar e desenvolvimento de condições que propiciam os desastres ambientais (NASCIMENTO, LEMOS E MELLO, 2008, p.57)

Ao analisarmos impactos ambientais, devemos separar a parcela de negócios que utilizam e os que não utilizam matéria-prima da natureza para se desenvolverem. Como exemplo, temos o uso da matéria-prima “carvão” que é extraído pela atividade mineradora e que se encaixa no quadro de energias não-renováveis por suas características finitas. Nesse sentido, há um tabu entre esse tipo de negócio: como desenvolver uma atividade sustentável utilizando recursos finitos ou, *a priori*, “não sustentáveis”?

Se você observar, verá que uma proporção relativamente grande de empresários considera utópica a ideia de que é possível obter crescimento econômico juntamente com a proteção do meio ambiente. Dessa forma, observamos normalmente que a prática ambiental restringe-se ao cumprimento

das normas de poluição e aos relatórios de impactos ambientais.(BERTÉ, 2012, p. 30 apud MAIMON, 1992)

O Relatório Anual de Atividades do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2017), uma associação privada das mineradoras, afirma que “na busca por construir relacionamentos sólidos com a comunidade local, poder público, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, imprensa, entre outros, o Instituto está reformulando seu planejamento estratégico” (pág. 11), no entanto, pouco se observa nesse relatório ações do IBRAM diretamente com a comunidade local. Ao longo do documento, o contato é muito mais Instituto-governo-comunidades do que Instituto-comunidades. A discrepância é maior quando vemos que o relatório em sua quase totalidade aponta ações que foram realizadas em um ano para facilitar o trabalho de mineradoras e empresários (inclusive citando um forte lobby governamental).

O mesmo relatório mostra dados importantes da mineração são apontados que até o final do ano de 2016 o Brasil exportou mais de 394 milhões de toneladas de bens minerais, representando 11,6% das exportações totais do País e 33% do saldo comercial. Além disso, a Produção Mineral Brasileira apurada pelo IBRAM gerou US\$ 24 bilhões, onde setor empregava diretamente 663 mil trabalhadores diretos e indiretos.

No entanto, os impactos ambientais desse setor econômico também são significativos. No Brasil os problemas de principal impacto ambiental são: poluição da água, poluição do ar, poluição sonora, e subsidência do terreno (MME, 2002)<sup>2</sup>. Além disso, temos o que se chama de “externalidades”, como as alterações ambientais, conflitos de uso do solo, depreciação de imóveis circunvizinhos, geração de áreas degradadas e transtornos ao tráfego urbano. Essas externalidades acentuam os conflitos com a comunidade, que já começam na implantação do empreendimento mineral. O que acontece é que geralmente o empreendedor não se informa sobre as expectativas, anseios e preocupações da comunidade que vive nas proximidades da empresa de mineração. (BITAR, 1997).

Para a confecção desse trabalho foram escolhidas três empresas mineradoras para análise nesse trabalho: Vale do Rio Doce S.A (Vale) e BHP Billiton (BHP) que tratam dos acidentes de Mariana. O estudo de caso envolve a mineradora responsabilizada Samarco Mineração S.A, uma *joint venture* de Vale e BHP Billiton Brasil Ltda. - subsidiária brasileira da empresa anglo-australiana - que figuram na lista das maiores empresas de mineração do mundo<sup>3</sup>. Com o capital fechado, a empresa é controlada em partes iguais pelas duas acionistas e desde o rompimento da barragem

---

<sup>2</sup> CRPM. Perspectivas do Meio Ambiente do Brasil – Uso do Subsolo. MME - Ministério de Minas e Energia, 2002. Disponível em [www.cprm.gov.br](http://www.cprm.gov.br)

<sup>3</sup> Top 50 Biggest Mining Companies. Disponível em: <http://www.mining.com/top-50-biggest-mining-companies/>>. Acesso em: 27 jan de 2018.

de Fundão, em Mariana, as operações da empresa estão paralisadas por órgãos judiciários e de fiscalização ambiental.

De forma a mensurar imagem e reputação organizacional por meio do trabalho, na tentativa de medir e quantificar como está o caráter noticioso sobre a empresa, Curvello (2009, pág. 127) mostra a necessidade do homem racional “dominar as realidades, que sempre foram complexas e traziam, dentro de si, componentes inexplicáveis, não interpretáveis, não controláveis, da ordem e do caos. Por isso a busca frenética pelo controle”. É nítido que a organização que não se preocupa na análise de sua imagem perante mercado, fornecedores, investidores e clientes tende a perder o controle gerencial e grande mercado. Nessa tentativa de resgatar o controle e recuperar danos, a partir do acidente ambiental, a Samarco S.A reestrutura o fluxograma organizacional da empresa e inclui, em um comitê especializado de riscos, o comitê estratégico na sua Governança Corporativa para cuidar especialmente da mensuração e tratamento dos danos corporativos causados ou que a causem algum risco.

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo serão apresentados a parte bibliográfica do trabalho com diversas citações de importantes cientistas da área da comunicação, gestão e estudos socioambientais. Assim como Graça França diz em seu capítulo no livro “Assessoria de imprensa e Relacionamento com a Mídia”,

“[...] o que observamos é uma verdadeira disputa pela visibilidade midiática. O que existe é o que está na mídia. Publicizar, tornar públicos acontecimentos considerados relevantes, passou a ser uma das mais importantes estratégias adotadas pelos diversos campos sociais” (GRAÇA, 2010, p. 115)

A comunicação como instrumento de desenvolvimento social é fundamental na ponte interlocutória com seus diversos públicos, sejam agentes públicos ou privados. Se por um lado a notícia e o jornalismo tem como princípios informar eticamente a verdade para a sociedade, na comunicação organizacional são norteadores o relacionamento entre instituições e sociedade. Em comum todos possuem a mesma missão: formular o discurso da opinião pública.

Para atingir tal objetivo, o espaço midiático em democracias modernas é composto de notícias institucionais, reportagens, artigos de opinião, coberturas de imprensa, coletivas, dentre outros. São esses instrumentos que podem trazer à existência temas importantes da vida coletiva. O tom, expressão, escrita e declaração de um comunicador influencia diretamente nos significados daquilo que se está emitindo e em como se receber aquilo que se está emitindo.

De acordo com Klaus Frey “O grau de maturidade tanto da mídia quanto da sociedade civil se evidencia conforme sua capacidade em efetivar discussões amplas de temas abrangentes e transsetoriais como o do desenvolvimento sustentável” (FREY, 2009, p. 209). O *agenda-setting* jornalístico aborda temas difusos ambientais como temas de governo, como, por exemplo, casos de saneamento básico, erosões no solo, desvios de barragens e desmatamento. Ao noticiar tais casos, assim como os de violência nas grandes cidades, visa-se a responsabilização dos agentes políticos do Estado pelos atos, e não a criação de uma consciência ambiental. No mundo veloz onde a grande mídia reporta em um curto espaço de tempo acontecimentos em âmbito estadual ou nacional, casos de pequenos danos ambientais perdem sua importância por serem numerosos demais ou por serem tratados como objetos secundários na transmissão dos noticiários. Ainda segundo Frey, “em geral, a democracia liberal privilegia os interesses particulares de pessoas ou grupos sociais específicos, em detrimento dos interesses ecológicos de caráter geral e difuso” (p. 300). Caberia à mídia, aos comunicadores e influenciadores de opinião a tematização e a inserção de

uma educação preventiva em detrimento da remediadora para as preocupações de bem comum. Essa educação preventiva pressupõe e necessita de uma sociedade engajada, ativista e fiscalizadora do seu ecossistema.

## 5 A SAMARCO S.A

A joint-venture é uma empresa de capital fechado que está em atuação desde 1977, tendo sua principal atividade a extração e exportação de minério de ferro para 20 países. Possui como valores o respeito às pessoas, integridade e mobilização para resultados e como missão “produzir e fornecer pelotas de minério de ferro, aplicando tecnologia de forma intensiva para otimizar o uso de recursos naturais e gerando desenvolvimento econômico e social, com respeito ao meio ambiente”.

A empresa funciona nas localidades dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No estado mineiro a extração dos minérios de ferro ocorre e o estado capixaba é o responsável por processos de pelletização (processo de compressão de pequenos aglomerados de partículas ultrafinas de ferro) para a produção de aço e em seguida para embarque marítimo. Além disso, estão distribuídos escritórios comerciais por diversas partes do Brasil e do exterior, dentre os quais se destaca o escritório operacional principal em Amsterdam, na Holanda.

Em termos de governança, é formada por um Conselho de Administração; Comitês de Assessoramento (no qual a comunicação social se enquadra no comitê estratégico de Comunicação e Gestão de Partes Interessadas); Diretoria Executiva; auditores internos e auditores externos independentes a fim de permitir aos acionistas o alinhamento da organização aos seus valores, objetivos e estratégias.

Financeiramente, a empresa informa por meio de dados coletados em 2014<sup>4</sup> que sua receita impacta diretamente na economia dos estados mineiro e capixaba, onde 1,5 % do Produto Interno Bruto de MG e 6,4% do Produto Interno Bruto de ES são resultados do seu trabalho industrial. Ainda em termos econômicos, 54% da receita municipal de Mariana (MG), 35% de Ouro Preto (MG) e 50% de Anchieta (ES) - cidades onde a Samarco possui seu maior quadro de funcionários - são geradas pela mineradora. A nível nacional de exportações, sua atividade contribuiu para 1% do total exportado pelo Brasil, gerando uma receita com exportações de R\$ 191 milhões e importância de 10% na balança comercial brasileira<sup>5</sup>.

Para Curvello (2009, pág. 126), a mensuração tem importância pois “além de aferir o grau de cumprimento das metas planejadas, fornece elementos para feedback

---

<sup>4</sup> Samarco e a Economia. **Contribuição econômica para o país.** Disponível em: <<http://www.samarco.com/samarco-e-a-sociedade/>>. Acesso em: 06 de abril de 2018.

<sup>5</sup> A balança comercial mede a quantidade de importações e exportações de bens e serviços entre os países. Seu saldo equivale ao valor das exportações subtraído do valor das importações.

de todo o processo de comunicação”. Além disso, ela também fornece “elementos objetivos à alta administração da empresa, de forma a subsidiar decisões de investimento na atividade de comunicação”. A fim de mensurar sua imagem organizacional em termos administrativos e sociais, a mineradora divulga em seu portal eletrônico o acesso aos Relatórios de Administração e Demonstrações Financeiras e Relatórios de Sustentabilidade. Para a sua confecção o modelo utilizado é o RepTrak, que permite a mensuração da sua reputação baseado em: 1) reputação da empresa (estima e confiança) 2) dimensões e atributos de reputação (percepção dos stakeholders) 3) Apoio organizacional por parte dos stakeholders 4) Expectativas e prospecção.

Este trabalho se baseará também no último Relatório de Sustentabilidade divulgado no portal, o do biênio 2015/16, que retrata o acidente ambiental e as medidas que estão sendo tomadas pela empresa até setembro de 2017 (ano do fechamento da publicação).

## **5.1 O Desastre**

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), um acidente ambiental é definido como um acontecimento inesperado que provoca direta ou indiretamente danos à natureza e ao meio ambiente. Além disso, ele também pode ter consequências econômicas e sociais.

Em 05 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da estrutura de contenção de rejeitos da barragem de Fundão em Mariana, MG, operada pela Samarco. Esse acidente repercutiu pela gravidade e rapidez em que os rejeitos se espalharam, chegando ao estado de ES e desaguando no Oceano Atlântico no dia 21. Nesse percurso ocorreram o desaparecimento de 19 membros comunitários e funcionários da Samarco. Após investigações, ao final do ano de 2016, 18 corpos haviam sido identificados e um continuava desaparecido. Os corpos encontrados foram de 13 funcionários da mineradora que haviam falecido no incidente, quatro moradores mineiros e uma pessoa que estava na cidade mineira de Bento Rodrigues à passeio. De acordo com reportagem do Ministério Público do Trabalho, os moradores das regiões próximas sequer receberam alerta de evacuação de suas casas, mostrando o descaso que a mineradora teve com a comunidade. O Ministério classifica o acidente como sendo “um acidente de trabalho com graves impactos ambientais”, onde informa que desde o período de 2001 a 2015 várias ocorrências de rompimentos de barragens já haviam sido registradas, somente em Minas Gerais.



Figura 1.1 - Histórico de Rompimentos<sup>6</sup>

As estruturas rompidas estavam em divisões localizadas e nomeadas pela mineradora para facilitar as operações. Na unidade de Germano, em Mariana, ficava a barragem de rejeitos e na de Santarém a barragem de água, abrigando 55 milhões metros cúbicos de rejeitos de mineração - segundo a Samarco, dentro do limite permitido pela Superintendência Regional do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Supram) cujo limite é de até 111 milhões de metros cúbicos. A barragem rompida de Fundão era a segunda em termos de capacidade, ficando atrás apenas de Germano.

O trabalho do governo em apurar com fidelidade as consequências de tamanho impacto também se mostra desafiador, apontando dados divergentes de uma organização para outra. Há indícios de que as águas que ligam as regiões possam ter níveis alarmantes de elementos químicos tóxicos como arsênio, mercúrio e chumbo. Para resguardar juridicamente a população ribeirinha, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo Ministério Público e pela Samarco previu, “além de outras exigências, o fornecimento diário de dois litros de água potável por habitante, distribuídos em alguns pontos dos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares” (MPT, pág. 83). Para garantir o cumprimento dessa e outras medidas, integrantes do governo brasileiro formaram uma comissão mista para acompanhar o caso.

O acidente deixou, além do número de mortos e desaparecidos, o desalojamento de populações e danos irreparáveis com o meio ambiente, como a poluição de bacias hidrográficas e grande taxa de mortalidade nos rios Gualaxo do

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/35100b5a-6dbb-47ea-95ba-4983501fac93/Labor\\_n7\\_web\\_site.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_TO=url&CACHEID=35100b5a-6dbb-47ea-95ba-4983501fac93](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/35100b5a-6dbb-47ea-95ba-4983501fac93/Labor_n7_web_site.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=35100b5a-6dbb-47ea-95ba-4983501fac93)> . Acesso em: 07 de maio de 2018.

Norte, Carmo e Doce nos 663,2 km de lama percorridos<sup>7</sup>. Além dos danos ambientais, graves danos materiais e imateriais também foram fortemente divulgados pela mídia conforme a cobertura do acidente. Em termos coletivos, as cidades atingidas pelos rejeitos enterram mais de 300 anos de história, deixando milhares de habitantes sem casa, sem identidade cultural, sem turismo local, sem fonte de renda, sem alimentação, água potável e sem os seus familiares.



Figura 1.2 - O caminho dos rejeitos de lama<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Conforme apontado pelo Ministério Público do Trabalho. Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/35100b5a-6dbb-47ea-95ba-4983501fac93/Labor\\_n7\\_web\\_site.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_TO=url&CACHEID=35100b5a-6dbb-47ea-95ba-4983501fac93](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/35100b5a-6dbb-47ea-95ba-4983501fac93/Labor_n7_web_site.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=35100b5a-6dbb-47ea-95ba-4983501fac93)> . Acesso em: 08 de maio de 2018.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://organicsnewsbrasil.com.br/meio-ambiente/barragem-mg/lama-que-agoniza-o-rio-doce-sera-tema-na-cop-21/>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

## 5.1.2 O que diz a Samarco

Com o objetivo de identificar as causas do rompimento das barragens, Samarco, Vale e BHP decidiram em conjunto contratar o escritório de advocacia nova-iorquino Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP para coordenar uma investigação independente, concomitantemente com os órgãos do governo, formada por especialistas geólogos e engenheiros. No relatório de Sustentabilidade 2015/16, foi informado que a Cleary Gottlieb desenvolveu painéis com especialistas mundialmente conhecidos, inspeções de campo, análise de dados, testes de laboratório, pesquisas e entrevistas com os envolvidos no ocorrido.

A divulgação pública dos resultados dessa investigação foi realizada em agosto de 2016, em coletiva de imprensa de executivos da Samarco e acionistas em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte (MG). O laudo final demonstrou que o primeiro incidente na barragem de Fundão já havia ocorrido em 2009, época em que um dos drenos da barragem apresentava dificuldades técnicas para funcionar de acordo com o projeto inicial do seu funcionamento. O segundo incidente ocorreu em 2011, quando houve a necessidade de abrir um canal extravasor para garantir o escoamento de água das chuvas. Nesse período, uma quantidade de lama passou por esse canal e chegou até a beirada da barragem. Para ambos os casos a mineradora disse que houve pronta manutenção e correção dos problemas.

O acidente da barragem de Fundão teve seu início, segundo o documento, já em 2013, quando começaram a aparecer surgências na superfície da barragem e em agosto de 2014 o tapete drenante responsável pela drenagem dos rejeitos chegou à sua capacidade máxima. Pelo carregamento contínuo, as lamas se comprimiam e também se deformaram lateralmente. 90 minutos antes, abalos sísmicos ocorreram na terra e o terremoto acelerou o processo de rompimento. “A modelagem de computador mostrou que as forças do terremoto produziram um incremento adicional de movimento horizontal nas lamas, que afetou de forma correspondente as areias sobrepostas. Esses movimentos adicionais, embora pequenos e associados a incertezas, provavelmente aceleraram o processo de rompimento” (SAMARCO, 2016).<sup>9</sup> No início de 2017, foi protocolada em Minas Gerais o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) de Fundão. O documento contém ações reparatórias pelo rompimento da barragem, diretrizes para recuperação ambiental e revegetação dos locais afetados.

Em todos os documentos divulgados pela empresa e no seu website, a mineradora reconhece o erro pelo acidente e se prontifica a ressarcir os envolvidos e lesados pelo desastre e também a reparar os danos ambientais causados. No entanto,

---

<sup>9</sup> O relatório completo da investigação pelo escritório de advocacia americano se encontra disponível em: <<http://fundaoinvestigation.com/>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

como será demonstrado logo mais, a sensação de injustiça e descaso com o que foi prometido aos moradores repercute ainda hoje na mídia, três anos depois.

Para auxiliar aqueles que tiveram perdas materiais na tragédia, a Samarco criou a Fundação Renova, fruto do TAC entre as mineradoras acionistas e o governo brasileiro. A Fundação tem por objetivo reparação dos danos materiais, sociais e ambientais causados.

Porém, há uma realidade que vem de muito antes e perpassa toda a problemática acarretada pelas ações da Samarco que é a ambiental e marca a própria atividade mineradora.

## 6 MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE – O LADO AMBIENTAL

Eduardo Gudynas, ambientalista e pesquisador uruguaio, possui importantes considerações sobre a mineração e a ação extrativista. No seu conceito, o extrativismo se refere a uma apropriação de recursos naturais limitados e puros que envolve grande volume de material extraído e que metade ou mais dos recursos são exportados como matéria prima com pouco ou nenhum processamento industrial. Dentro dele estão os garimpos, exportações de petróleo e gás natural e até mesmo as monoculturas de soja - da qual o Brasil é grande exportador mundial. Atualmente, o autor chama a mineração que hoje é realizada no país como extrativismo de terceira e quarta geração, compreendendo as grandes extrações e barragens a céu aberto e a triagem de material (separação dos rejeitos dos minérios).

Apesar de culturalmente empregado, o termo “indústria mineradora” é usado de forma equivocada:

Bajo esta perspectiva, los extractivismos no son una industria, ya que en ellos no hay una transformación industrial, siendo incorrectas expresiones tales como “producción minera o petrolera”, ya que nada se produce, sino que todo se extrae (GUDYNAS, 2015, pp. 20-21).

Apesar de locais, os extrativismos estão fortemente ligados ao mercado global, independentemente de serem executados por mineradoras nacionais ou internacionais. A matéria-prima extraída é o começo de uma imensa comercialização que envolve uma cadeia de produtores e consumidores, seguindo preços e escalas de venda globais. Essa perspectiva da globalização supõe de que a estrutura maquinária da mineração leva consigo grandes riscos e responsabilidades, e também aumenta sobre ela a pressão econômica voltada para sempre obter o seu maior lucro e desempenho financeiro. “Explorando as riquezas da Terra, a forma capitalista de produzir afeta diretamente o meio ambiente, muitas vezes provocando impactos negativos irreversíveis ou de difícil recuperação” (CUNHA, 2003, pág. 28). Pelos danos ambientais e pelos acidentes decorrentes da alta complexidade, os riscos do extrativismo se expandem a diversas dimensões que fazem com que ambientalistas e empresas “sustentáveis” questionem a relação do ser humano e suas relações sociais com a natureza. Por ser uma prática local, os riscos também são locais e grandes áreas urbanas não afetadas pela atividade tem uma imagem diferente da prática pelo fato de a rotina de extração ser considerada comum e de grande benefício para a

economia do país<sup>10</sup>. Dessa forma, a mineração e o seu mercado passam a reforçar concepções culturais de dominação da natureza, como se um país fosse aquilo que ele produzisse/exportasse, determinando e definindo toda a sua população (GUDYNAS, 2016, pág. 05). Diferentemente de épocas pré-modernas, o risco está mais evidenciado em acidentes/abusos humanos, que podem ser controlados a partir de uma ação socialmente responsável na gestão dos recursos naturais.

Gudynas também chama a atenção para os extrativismos no quesito econômico. Para ele, os extrativismos atuais se organizam em “economias de enclave”: uma determinada jazida de material subterrâneo se assemelha a uma “ilha”, com escassas relações e vínculo com a economia do país da qual ela pertence geograficamente. Nelas, boa parte da tecnologia avançada são importadas, bem como o seu corpo técnico, não fazendo parte da economia nacional pois todos os recursos utilizados vêm do exterior. Dessa forma, a economia local é desvalorizada e limitada à força de trabalho braçal/operacional, levando o lucro e a produção para o estrangeiro. Mesmo assim, os governos locais são muito receptivos para que mineradoras/empresas de extração mineral se instalem em seus municípios, fazendo-os terem uma projeção maior e também visando a grande oportunidade econômica que tal força de trabalho possa trazer. Tal recepção hospitaleira pode fazer com que fatores jurídicos e ambientais sejam renegados ou até mesmo ignorados para que as organizações do exterior se instalem sem dificuldades no país.

De forma a combater e resistir à exploração local e também ao trabalho capitalista regido pela *mais-valia*, de Karl Marx (LENIN, 1913)<sup>11</sup>, comunidades impactadas pelas atividades mineradoras transformam realidades e se organizam em movimentos sociais chamados de “ambientalistas”. O movimento ambientalista é definido por Castells (1999) como “forma de comportamento que, tanto em seus discursos como em prática visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante” (2003, pág. 32). O autor reforça que a principal forma de ambientalismo é a mobilização dessas comunidades pela defesa do seu espaço geográfico e a aversão à devastação do seu meio natural no nível local. Dessa forma, se organizam em associações, partem para o meio acadêmico e político para impedir a degradação de suas moradias e locais de trabalho.

O movimento ambientalista também toma ação no campo jurídico. Desde a nova Constituição Federal de 1988 o meio ambiente passa a ser valorizado como bem material e imaterial da federação. O Ministério Público passou a incorporar a luta e

---

<sup>10</sup> De acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria e do relatório do Instituto Brasileiro de Mineração. **Gestão para a sustentabilidade na mineração: 20 anos de história**. Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002130.pdf>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000028-b54e4b649e/As%20Tr%C3%AAs%20Fontes%20e%20as%20Tr%C3%AAs%20partes%20Constitutivas%20do%20Marxismo%20\(Lenin\).pdf](http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000028-b54e4b649e/As%20Tr%C3%AAs%20Fontes%20e%20as%20Tr%C3%AAs%20partes%20Constitutivas%20do%20Marxismo%20(Lenin).pdf)>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

defesa de direitos ambientais no seu escopo de trabalho e vem atuando, juntamente aos órgãos públicos do meio ambiente, para a preservação e conservação do ambiente natural brasileiro. As novas normas jurídicas também vêm, como aponta SEABRA (2003), disciplinar a relação entre o homem e a natureza, assegurando para a sociedade um ambiente ecologicamente equilibrado: “tais normas têm seu rebatimento físico-espacial, na medida em que os bens que compõem o ambiente objeto de proteção (solo, água, ar atmosférico, flora, fauna e patrimônio sociocultural) são suporte material para a sobrevivência humana e tidos como recursos” (pág. 109).

Para acompanhar o crescimento do movimento ambientalista e tornar tangível o discurso cultural, as empresas exploradoras da natureza buscam compensar seus impactos ambientais se apropriando do conceito de sustentabilidade e conservação da mesma.

“[...] há um esforço do discurso dominante em se apropriar do significado de sustentabilidade para trazê-lo adequadamente à sua compreensão de desenvolvimento, afeito à lógica instrumental da sociedade moderna - capitalista urbana, financeira, industrial, globalizada. Essa proposta de desenvolvimento sustentável, de caráter reformista, reconhece o problema, mas propõe soluções seguindo a mesma lógica vigente. Sobre isso comenta Zacarias (2000, pág. 18): “A pensadora indiana Vandana Shiva (1991) diz que a ideologia do desenvolvimento sustentável vem sendo constituída dentro dos limites da economia de mercado, oferecendo, portanto, soluções de mercado à crise ecológica”. Para ela, essa falsa noção se baseia em três erros ontológicos: o primeiro é a primazia ontológica do capital; o segundo é a separação ontológica entre a produção e a conservação, tornando esta última dependente do capital; e o terceiro erro é dar por sustentada a substituição da natureza pelo capital” (2003, pág. 90).

Através de propagandas, as organizações empresariais têm vivido em constante mutação, sobretudo nas últimas décadas, e procuram se aperfeiçoar e se destacar em um cenário cada vez mais globalizado e competitivo. Nesse cenário de pressões externas e internas, a comunicação organizacional vem para moldar os relacionamentos entre os seus agentes e as comunidades (PRESSLER, pág. 181). O discurso de gestão sustentável traz uma tendência quase imediata de se utilizar desse modelo de gestão para alcançar os mais avançados paradigmas em termos de administração e comunicação social. Um cliente que desconhece a conduta da empresa pode ser atendido por ela, mesmo quando se há um marketing ambiental na própria empresa e ela prejudica a natureza/ faz exploração indevida da mais-valia do trabalhador. No entanto, quando o cliente tem conhecimento dessa conduta, a empresa passa a correr uma grave crise social caso uma reparação organizacional não seja feita. A transparência é um grande aliado das empresas modernas e deve ser a

principal missão da comunicação dela. Através dela, se estabelece uma genuína relação baseada na confiança com o público, e ignorá-la demonstra um vácuo na reputação organizacional que não pode ser ignorado (PRESSLER apud BUENO, pág. 187).

Com o desenvolver do trabalho, é possível perceber que mesmo a prática da transparência pode ser um ato complexo. A mera divulgação de dados, de forma seca, não demonstra a capacidade de transparência e ética com o público. Não se pode fazer com que anos de trabalho sejam reduzidos a um relatório com números e/ou dizeres de difícil compreensão para o público externo à organização. Essa prática pode ser observada em muitas mineradoras que operam no Brasil e, em último nível, são explícitas nas reportagens selecionadas (vide anexos). E, acompanhadas de crises, respostas rápidas e numéricas não são suficientes.

## 7 COMUNICAÇÃO E CRISE

João José Forni, professor reconhecido nacionalmente pela excelência no trabalho de gestão de crises, cita a atividade mineradora como uma das que mais registram crises no mundo, sendo responsável por 30% de todas as crises industriais:

“Essas crises estão inseridas no que os especialistas chamam de “Externallyincidents”, ocasionadas por fatores externos e sobre os quais, muitas vezes, as empresas não têm absoluto controle. Mesmo assim, o acidente ocorrido na Samarco não poderia, à primeira vista, ser classificado com os chamados “atos de Deus”, aqueles eventos naturais sobre os quais o homem tem pouco ou nenhum controle, como terremotos, maremotos e furacões.”(FORNI, 2015)

Segundo o Institute for Crisis Management (EUA) crise é "uma ruptura significativa nos negócios que estimula uma extensa cobertura dos meios de comunicação". Além disso, Mitroff também conceitua a crise como

“algo negativo que não pode ser completamente contido dentro das paredes de uma organização. [...] a crise é o resultado de uma ocorrência real de algum evento, onde a situação de emergência está fora de controle” (MITROFFI apud BANZOLI, 2013, pág. 08).

Mesmo com várias definições, a crise sempre é vista de forma negativa, como algo que aconteceu e precisa de rápida reparação. Ela se divide entre três ramos principais, e a grande maioria delas se encaixa, ou afeta a organização, em pelo menos dois deles:

- a) Crise institucional: é aquela que afeta as organizações fazendo-as perder sua credibilidade e confiança dos seus stakeholders, impactando diretamente na imagem, publicidade e nos lucros.
- b) Crise econômica: é a que impacta diretamente no financeiro da organização, podendo gerar desde fluxo de caixa negativo até desemprego ou falência total. Nesse tipo de crise, não somente o responsável mas todos os afetados por ela são prejudicados, já que os índices de desemprego, por exemplo, são consequências da má gestão econômica tanto de empresas públicas (governo) quanto privadas.

- c) Crise política/social: essa crise é a mais ampla e mais comumente retratada nos noticiários. Ela é abordada de forma que vários fatos surjam e que desencadeiem uma reação coletiva de revolta e reivindicação de direitos.

Encontramos vários exemplos dessas três crises nos países mais diversos do planeta em momentos diferentes de suas histórias. Podemos indicar o Brasil “redemocratizado” de 2016 (curiosamente não tão distante do desastre de Mariana) como ilustração desse movimento de colapso sistêmico: o golpe político coordenado pelo vice-presidente Michel Temer (MDB) para a tomada do poder da presidente Dilma Rousseff (PT), eleita em 2014 com 54.499.901 votos dos votos válidos registrados em urna eletrônica. Ele pode ser visto como:

- Crise econômica: acusada de cometer um erro contábil de governo intitulado pela grande mídia como “pedalada fiscal”, a ex-presidente foi escarnecida por diversos parlamentares em seu impeachment por crime de responsabilidade fiscal no Congresso Nacional. A grande maioria deles já havia cometido/estava cometendo os mesmos tipos de crimes financeiros com o dinheiro público (em quantias até maiores do que o da ex-presidente) e nem sequer haviam sido penalizados em 1ª instância. Segundo o jornal El País em 2016 “16 dos 27 atuais governadores usaram o mesmo artifício para fechar as contas em seus estados”<sup>12</sup>. Conforme amplamente divulgado, essa pedalada teria impacto direto na crise econômica que já vinha se iniciando desde o seu primeiro governo, em 2010.
- Crise institucional: pela intensa perseguição à Dilma e pelos votos a favor da penalidade do impeachment terem vindo de parlamentares que respondem diversos processos no STF (inclusive criminais) que nunca tiveram que cumprir pena pelos seus crimes, encadeou-se um questionamento generalizado sobre o fórum privilegiado. Esse fórum é conhecido por ser uma espécie de “blindagem” jurídica na qual os políticos têm direito, no momento de serem eleitos pelo voto popular, de serem condenados apenas na 2ª instância judicial. Diversos políticos, sobretudo na operação Lava-Jato (2014), fazem uso desse fórum para

---

<sup>12</sup>O golpe contra Dilma Rousseff. El País, 01 de setembro de 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538\\_750062.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html)>. Acesso em: 06 de maio de 2018.

continuarem em liberdade e sem restituir a sociedade pelos crimes cometidos. Essa discussão mobilizou a sociedade, a população brasileira e o poder Judiciário a tomarem atitudes de maior rigor e fiscalização quanto à ficha suja dos políticos do país.

- Crise política/social: ao assumir o poder Executivo, Michel Temer comprometeu-se, através de reformas de governo, a “botar o país nos trilhos”. A agenda de reformas provocou ondas de protesto por quase um ano em todo o Brasil e muitas medidas foram classificadas como “impopulares”, recebendo críticas tanto de políticos aliados quanto da oposição. Os protestos nas capitais foram marcados por forte repressão de policiais com grupos sociais e de manifestantes livres, sendo marcados pela violência na medida em que ocorriam. Além disso, políticos indiciados a prestar depoimento na Lava-Jato tiveram seus nomes expostos na mídia ao serem filmados e/ou gravados recebendo grandes quantidades de dinheiro público desviado para interesses particulares. O somatório desses fatos gerou grande desconfiança e descrença em toda a população não somente com o poder Executivo, mas com o Judiciário e o Legislativo brasileiros.

Quando uma imagem política se prejudica, o dano é irreversível. Leva-se anos para que uma pessoa vote nela novamente, e dependendo do dano que seja feito à sua imagem, um partido como um todo tende a sofrer rejeição pelos indivíduos. Lucio R. Rennó, doutor do Instituto de Ciência Política da UnB, comprova essa teoria em sua pesquisa “Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006”<sup>13</sup> que o nome principal de uma legenda levava consigo o apelo e as petições dela, como os exemplos citados do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva e o PT.

A Samarco S.A teve diante de si duas opções diante de sua crise: ser omissa, esperar as reações mais agressivas passarem e somente depois começar a trabalhar e fazer tudo em acúmulo de urgência e a segunda era ser preventiva, planejando e controlando, através de ações práticas, a crise logo nos seus estágios iniciais. A crise, como já caracterizada, surge de fatos inesperados, e não foi diferente nesse desastre ambiental. Para contê-la, a equipe da Samarco investiu diversos recursos na remediação de sua reputação. Sua estratégia administrativa foi adaptada para o modelo de mercado Enterprise Risk Management - ERM, do Committee of Sponsoring Organizations of the Tread-way Commission (COSO), em conjunto com os modelos já

---

<sup>13</sup> RENNÓ, L. **Escândalos e voto**: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762007000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762007000200002&script=sci_arttext)>. Opinião Pública, Novembro de 2007. Acesso em: 22 de junho de 2018.

praticados pelas acionistas Vale e BHP, aumentando, segundo o relatório bianual, “o controle de riscos e danos de alto impacto”<sup>14</sup>. Dessa forma, sua estratégia passa a ser voltada, em toda a mineradora, a resgatar a sua imagem e continuar suas operações de trabalho - paralisadas pelo governo.

## 7.1 A Crise e o papel da Assessoria de Imprensa em Comunicação

A globalização trouxe novos fenômenos e desafios para o mercado da Comunicação. Os processos, instituições e fluxos de informação se expandiram em velocidade nunca antes vista. Empresas e organizações interferem na realidade através da eficácia difusora do jornalismo, fazendo-o ser o espaço de “socialização de discursos particulares para os confrontos da atualidade” (CHAPARRO, 2009). A notícia (ou o ato de se noticiar) se tornou uma interação com o público e a partir disso o ramo da comunicação organizacional se torna um dos campos mais estratégicos das instituições, em conjunto com a assessoria jurídica e a de gestão geral nos gabinetes de governantes ou presidentes das mais diversas estruturas administrativas. Esse papel estratégico mostra a importância que o relacionamento com a imprensa tem em uma organização.

De acordo com o estudo de Ivone de Lourdes Oliveira<sup>15</sup> (2006), a área da Comunicação pode ser representada tanto dentro de uma linha direta de comando - se tornando uma diretoria - ou prestando apoio imediato à presidência - em forma de *staff* administrativo. Em um organograma, as diretorias são localizadas logo abaixo da presidência, sendo um escalão de autoridade com função estratégica de direção e coordenação de processos de trabalho. Abaixo dessas diretorias, estão as divisões ou gerências, que também é autoridade, mas está em terceiro na hierarquia de poder e também do processo decisório.

Quando a área de comunicação ocupa esse lugar tem maior autoridade interna e autonomia para tomar decisões, o que agiliza a execução das ações e continuidade do processo. Conhecer os objetivos estratégicos da organização e

---

<sup>14</sup> Relatório Biental 2015-2016. Samarco S.A. 2017, Pág. 15. Acesso em: <[http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/09/Samarco\\_Relatorio-Biental-2015\\_16-08092017.pdf](http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/09/Samarco_Relatorio-Biental-2015_16-08092017.pdf)>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Ivone de L. **Estrutura e funções da Comunicação nas Organizações: articulação entre conceito e operacionalização**. GT Abrapcorp 1. Teorias, história e metodologia dos estudos em Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo: Cidade Universitária, 2007, pág 07.

participar de reuniões, nas quais as decisões são tomadas, autoriza o gestor de comunicação a pensar políticas e estratégias comunicacionais que efetivamente apóiam as decisões, além de desenvolver institucionalmente processos de reconhecimento público. Ocupar essa posição estratégica enaltece a área de comunicação e aumenta sua credibilidade.<sup>16</sup>

Segundo Duarte (2011, pág. 68), a assessoria de imprensa é “a administração do fluxo de informação e relacionamento entre fontes de informação e imprensa, mas a estrutura também pode remeter a área ou setor, processo, função ou técnica”. Advindo do jornalismo, o profissional da assessoria de imprensa pode editar, produzir e gerenciar conteúdo impresso/online; participar do planejamento estratégico, da gestão e do marketing; produzir material gráfico; atuar na comunicação interna e representar a organização da qual trabalha frente aos jornalistas e ao público final desta.

Segundo o Manual dos Jornalistas em Assessoria de Comunicação<sup>17</sup>, são produtos e serviços das assessorias em comunicação:

- Proposta/sugestão de Pauta - Informe sucinto enviado aos veículos de comunicação propondo-lhes que inclua em suas pautas a realização de matéria de interesse da assessoria.
- Release - Matéria pronta enviada para os veículos com intuito de publicação.
- Mailing-list de Jornalistas - Listagem atualizada com nome, editoria, fax, telefone, e-mail e site de jornalistas que cubram a área assessorada.
- Contato com a Imprensa - Normalmente feito por telefone para certificar-se do recebimento da sugestão de pauta e do release.
- Pasta de Imprensa - Textos e fotos para municiar os jornalistas de redação com informações (usada em entrevistas coletivas e individuais).
- Entrevista Exclusiva - Atende a um único veículo de comunicação. Normalmente acontece por iniciativa das Assessorias, quando desejam repercussão direcionada da informação que será divulgada ou por interesse das redações, quando definem a realização de matérias não factuais.
- Entrevista Coletiva - Convocada quando o assessorado tem informações importantes para todos os veículos. Só deve ser organizada quando o assunto for muito relevante.
- Clipping Impresso, Clipping eletrônico e em Tempo Real (on-line) - Compilação de matérias publicadas nos diversos veículos de comunicação. Organizados a partir da leitura, acompanhamento e seleção das notícias que interessam ao assessorado.

---

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> FEDERAÇÃO Nacional dos Jornalistas. **Manual dos Jornalistas em Assessoria de Comunicação**. 3ª ed. Rev. e ampliada. Brasília, 2010.

- Súmulas - Relação dos assuntos divulgados indexada por: veículo, título da matéria e página (quando impresso), programa e horário (tv ou rádio), endereço eletrônico (internet).
- Sinopse - Resumo das notícias veiculadas nos Jornais e Revistas de maior circulação. Também se faz resumo de publicações específicas da área de interesse do assessorado.
- Análise - O assessor faz a sua leitura do material coletado, analisando o teor do que foi e não foi dito e escrito.
- Boletins - É um veículo para informações gerais. Usado para veicular informações rápidas e curtas. O formato pode ser ofício ou duplo ofício.
- Jornais - O jornal, por ter mais espaço, é onde se colocam as matérias com teor de maior aprofundamento. É um veículo de informação e formação para o público-alvo de uma empresa, instituição ou personalidade. Podem ser em tamanho ofício, tablóide ou standard.
- Revistas - A Revista é o principal veículo para discussão e exposição das idéias e pensamentos do assessorado.
- Textos Técnicos e Científicos - Cabe ao jornalista somente a revisão - e adequação da linguagem, quando for o caso em conjunto com os profissionais técnicos da área responsável pela elaboração.
- Panfletos - Usados para se dar um recado rápido e eficaz. A linguagem panfletária tem que ser simples, curta e direta, não necessariamente incendiária.
- Folder - Como o panfleto, o folder é um material para divulgação de um evento, serviço ou produto. Caracteriza-se por ser - sempre - dobrado (daí seu nome). Este também não deve trazer textos longos e rebuscados.
- Vídeos e Filmes Institucionais - O assessor deve definir o conteúdo das peças junto com o assessorado e organizar o briefing a ser passado para o realizador. Depois, ainda, acompanhar e aprovar o roteiro e a edição da peça.
- Campanhas Publicitárias - O assessor deve definir o conteúdo junto com o assessorado e organizar o briefing (em parceria com o profissional da área de publicidade) a ser passado para a agência de publicidade. Depois acompanhar e aprovar as campanhas publicitárias.
- Discurso - Redação e revisão Sites - Páginas na Internet - O jornalista deve atuar na definição do conteúdo e atuar na edição das páginas , especialmente as destinadas às informações institucionais, assim como na aprovação do design do site feito por profissionais especializados.
- Jornais, Boletins e Panfletos online - São materiais usados para distribuição pela Internet. A elaboração dos textos e imagens para estes veículos é de responsabilidade da assessoria, que também tem que estar ciente e aprovar as listas de distribuição.

- Cursos - Diante da generalizada falta de conhecimento das fontes sobre os veículos de comunicação, e vice-versa, é recomendável estimular a realização de cursos, palestras, que esclareçam para a fonte a importância dos veículos e sua forma de trabalho; e para os jornalistas ações, planos e filosofia do assessorado. Também para o público interno, essas atividades objetivam eliminar preconceitos acerca do trabalho da assessoria.

Esclarecendo os seus produtos, matérias motivadas por releases e propostas de pauta são frequentes na assessoria de imprensa da Vale S.A, acionista controladora da Samarco.

## **7.2 Samarco S.A: Assessoria de Imprensa e Gestão de Riscos**

A Samarco S.A disponibiliza em sua página o acesso a sua Governança Corporativa, que mostra o direcionamento de trabalho que a mineradora tem. Ela informa que devido ao processo do rompimento da barragem, a estrutura empresarial foi adaptada para lidar e remediar a crise ambiental. Então, nesse momento, a Samarco possui três esferas de governança: sociedade (seus acionistas e proprietários, BHP e Vale S.A); governança administrativa (seu Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento); e gestão, composta pela sua Diretoria Executiva. Nesses pilares são operacionalizadas todas as suas atividades.

A mineradora se divide, dentro do seu Conselho de Administração, em comitês e subcomitês, como mostra a figura 2:

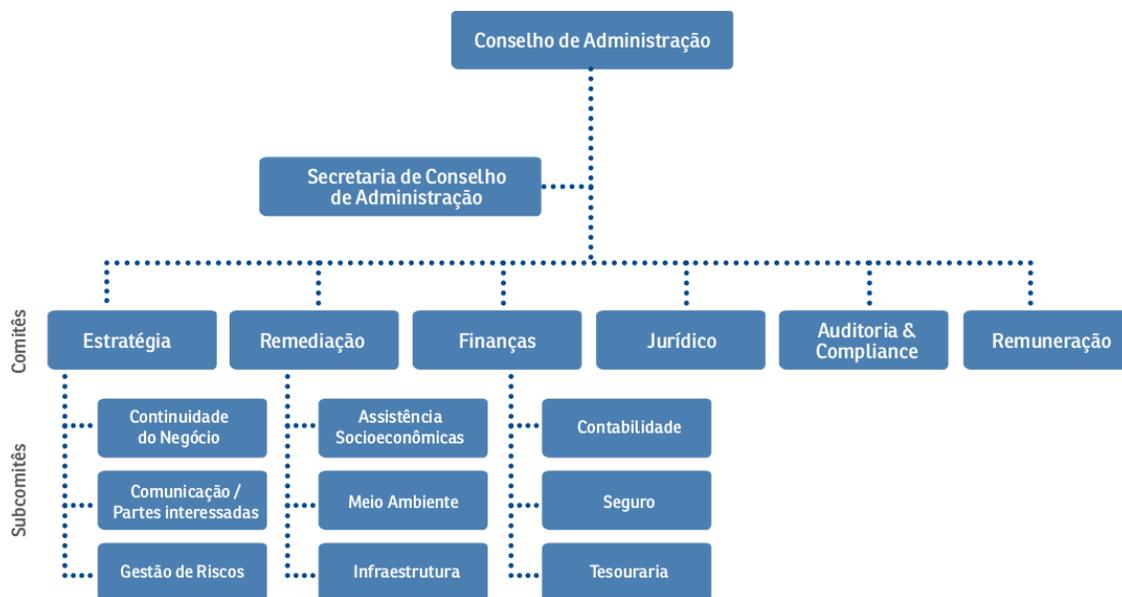


Figura 2 - Organograma do Conselho de Administração da Samarco S.A

A Comunicação Organizacional se enquadra no primeiro comitê de assessoramento, intitulado de “Estratégia”. Ele tem a função de apoiar em assuntos estratégicos para retomada de operações, comunicação com o público e gerenciamento de riscos. Para tanto, o comitê tem a função de mesclar Comunicação Social e *Compliance*, em especial no Subcomitê de Comunicação e Gestão de Relacionamentos.

Como tendência nos órgãos públicos controlados pelas Controladorias-Gerais da União e dos Estados, a Samarco implantou a partir do desastre na barragem a chamada “Gestão de Riscos”, que identifica, avalia, trata e monitora possíveis riscos que possam vir a impactar e abalar a empresa e seus relacionamentos. Essa gestão é implantada através de revisão para identificar riscos materiais e não-materiais, ajudando, assim, avaliações anuais para mensuração de severidade, probabilidade e impactos diretos dos riscos causados. São eles os riscos monitorados:

- Interrupção das operações
- Acesso a recursos hídricos e energéticos
- Barragens
- Ocorrências de atos de corrupção e fraude dentro da Samarco e em suas relações externas
- Reputação institucional e relações com a comunidade
- Oscilação nos preços do mercado de minério de ferro
- Mudanças de cenários e marcos regulatórios

A Assessoria de imprensa tem papel-chave no monitoramento do risco de Reputação Institucional e relações com a comunidade. Ela é a ponte com o público-alvo da organização e com a comunidade da qual faz parte. Como afirma DUARTE (2009) esses assessores se tornam ponto de apoio de repórteres e agem como intermediários das redações, aproximando fontes de informação e imprensa. Uma boa assessoria aumenta a visibilidade pública e pode trazer predeterminados benefícios políticos e mercadológicos:

O cidadão, na ausência de outros mediadores sociais, limita-se a conhecer o mundo pelo que informa o seu noticiário favorito, num processo que ocorre na dimensão apontada por Marcondes Filho (1993, p. 16): “ tudo gira em torno do que se fala, do que é promovido, do que é comunicado, do que ganha a dimensão pública, do que atinge as massas (DUARTE, pág. 86)

Além do papel de jornalistas, os comunicadores desenvolveram papéis que vão além dos noticiários ou programas de entretenimento. A assessoria proporciona ao comunicador desenvolver talentos no planejamento estratégico, gestão de equipes, relações públicas, design e organização de eventos. Apesar de ser a parte mais visível no conjunto da Comunicação Organizacional, a assessoria abarca o conjunto de conteúdos que Kunsch (1996, pág. 107)<sup>18</sup> chama de “composto de comunicação”. Para o seu gerenciamento e bom funcionamento é fundamental que haja na organização um plano estratégico, tecnologia e bom relacionamento/engajamento integrado com visões institucionais e mercadológicas de forma a atender à *demanda social por informação* (CURVELLO, 2009, pág. 122). O assessor deve, portanto, “saber o estágio da matéria, as fontes que o repórter já consultou, a versão e a dimensão que ele tem da denúncia facilita o controle da pauta” (FORNI, 2011)<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> KUNSCH, M.M.K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 1986.

<sup>19</sup> FORNI, João José. Comunicação em tempo de crise. IN: DUARTE, Jorge (org.). Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011. Pág. 368.

## 8 O JORNALISMO NA INTERNET

A partir dos anos 90 o desenvolvimento tecnológico que começou desde a 2ª Guerra Mundial foi se aprimorando e a tecnologia digital que antes era utilizada apenas para fins militares passou a ser acessível para a sociedade civil. Essa tecnologia se espalhou cada vez mais pelo globo e sua popularidade começou a chamar a atenção de veículos jornalísticos. Muito antes dos chamados “jornais digitais” que são a versão digitalizada em Formato Portátil de Documento<sup>20</sup> dos jornais impressos, a internet já era o meio pelo qual o jornalismo se direcionava: na distribuição de *e-mails*.

Bastos (2000) utiliza o termo “jornalismo eletrônico” o que na linguagem popular, inclusive na academia, é chamado de “jornalismo online” e “jornalismo digital”. De acordo com sua teoria, o “jornalismo online” é aquele jornalismo que demanda a pesquisa online. Ele é a pesquisa que é feita nas redes, onde a apuração jornalística é realizada e as notícias são lançadas em tempo real. Já o “jornalismo digital” se refere à disponibilização de fontes e informações consideradas jornalísticas na rede. Em resumo, apuração = jornalismo online e desenvolvimento e disponibilização de produtos = jornalismo digital.

A concepção do termo “online” remete a um fluxo contínuo e instantâneo de informação, onde o acesso e a transferência de informações se fazem através da tecnologia digital. O web jornalismo (o jornalismo do qual o meio é a internet). Tamanho aparato tecnológico alterou as tradicionais práticas jornalísticas alterou o comportamento das redações dos pequenos e dos grandes jornais, onde a necessidade de rapidez e de dar o “furo jornalístico” em primeira mão são consequências da competitividade para atrair e reter leitores que buscam informação de sucinta e de qualidade – embora na maioria dos casos essa combinação seja um grande dilema dos profissionais de texto.

A rotina das redações se transformam em centros de escrita onde o que predomina é a rotina do “jornalista sentado”, que tem as fontes e informações direto dos telefones celulares e, ocasionalmente, recebe-as de correspondentes contratados pelos jornais que são enviados a lugares distantes das redações para enviar uma mensagem a cada novo acontecimento. É o que acontece em casos de cobertura de guerras – e também no caso de Mariana. Essa nova rotina de trabalho é consequência do corte de gastos pelos quais as redações passam todos os dias, contando com poucos jornalistas e enviando apenas um correspondente e um auxiliar para desempenharem funções de cobertura inclusive em lugares perigosos (especialmente no ramo do jornalismo investigativo).

---

<sup>20</sup>Portable Document Format (PDF), em inglês

A informatização também representou um salto em termos de rapidez na execução das tarefas e distribuição de jornais, tornando os horários mais rígidos para os profissionais. O tempo, ainda mais escasso, impossibilitou a pesquisa e as grandes reportagens. Os textos, muitas vezes adaptados à linguagem da hipermídia, estão mais curtos e a informação pasteurizada. (LIMA, 2009, p. 9)

A transformação do jornalismo o tornou mais rápido, no entanto, o caminho que a notícia percorre não o tornou mais eficiente. Especialmente quando um jornalista solta uma informação em primeira mão, ainda é possível perceber erros tanto do próprio jornalista em seu trabalho quanto do editor e do programador nas notícias *web*. Felizmente, esses erros são mais facilmente corrigidos e, conforme novos acontecimentos, novos parágrafos são adicionados em uma mesma notícia. Isso acontece e é perceptível quando nas reportagens mostra a hora em que ela é postada e sua última atualização ocorre cinco horas depois, por exemplo.

No entanto, o novo jornalista deve ser “multimídia”: além de escrever uma matéria, ainda deve adaptar a sua linguagem para o meio impresso e o meio digital e ainda fazer decupagens, revisão de texto, e saber operar os programas de diagramação impressa e edição de vídeo – tudo isso, é claro, na rapidez que o mercado demanda. O jornalista precisou se destacar em um mercado onde qualquer pessoa que detém de tecnologia consegue produzir conteúdo e disseminá-lo a um grande número de pessoas.

Todas essas mudanças fazem com que os veículos de comunicação tenham a necessidade de construir uma identidade própria, que os destaque perante os outros e com o qual o seu público leitor se identifique e se engaje. O grande desafio está em aliar toda essa nova realidade moderna e manter os mesmos princípios editoriais e valores éticos desde a criação dos grandes jornais brasileiros fundados em uma época onde não existiam computadores e muito menos a *web*.

Nesse contexto, os assessores de imprensa em muito contribuem para a formação de pauta dos jornais, quando enviam em formato jornalístico *press releases* e publicidade que ajudam a divulgar uma determinada organização e também ajudam a financiar as redações, tão prejudicadas pelos cortes de gastos que a era da internet trouxe consigo.

## 9 ANÁLISE DE REPORTAGENS E CONTEÚDOS RELEVANTES

### 9.1 - Pesquisa Exploratória

Para a confecção da análise, foram selecionados conteúdos relevantes na mídia do período compreendido de 2015 a 2018. Essa restrição de tempo se deve ao fato de que, passados alguns anos após os acidentes, seria possível compreender a percepção da mídia tanto sobre o desastre quanto pelo tratamento despendido sobre as mineradoras Vale e Samarco social e judicialmente.

Foram restritos ao trabalho as versões digitais do jornal mais lido do estado de Minas Gerais, estado com maior número de exploração mineral do Brasil. O jornal Estado de Minas possui versão impressa e portal online de conteúdo livre e também restrito para assinantes.

O jornal 'Estado de Minas' pertence ao grupo "Diários Associados", maior conglomerado jornalístico impresso do Brasil, e é um dos mais tradicionais canais de comunicação. Editado em formato standart pelo Diários desde 1928, um dos cadernos do jornal chama-se "Prazer EM Ajudar", o qual traz reportagens de boas práticas de impacto sustentável na sociedade por empresas, por meio da sua responsabilidade social. Uma das reportagens do caderno, inclusive, mostra a solidariedade dos times Atlético e Cruzeiro em arrecadar doações para as vítimas de Mariana<sup>21</sup>

A análise se baseia em coleta de conteúdo de comunicação online externo às mineradoras, buscando identificar os interlocutores, a linguagem utilizada e o objetivo do que se busca retratar no produto. As reportagens completas estão disponíveis e enumeradas ao final do trabalho, no capítulo "Anexos".

### 9.2 - Reportagens

Tabela 1 - Portais de notícias e reportagens

<u>Portal de Notícias Online</u>	<u>Reportagens Selecionadas</u>
----------------------------------	---------------------------------

---

<sup>21</sup>Depois de tragédia, solidariedade se espalha por Minas. Estado de Minas, 25 nov. 2015. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/25/interna\\_gerais,711283/solidariedade-entra-em-campo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/25/interna_gerais,711283/solidariedade-entra-em-campo.shtml)>

<p>Estado de Minas  <a href="https://www.em.com.br">https://www.em.com.br</a></p>	<p><b>01. Empresa de barragem rompida é a 10ª maior exportadora do País - 05/11/2015</b></p> <p><b>Resumo:</b> a notícia menciona brevemente o acidente mas se concentra em apresentar a mineradora Samarco, com as informações e dados da página inicial da mineradora (<a href="https://www.samarco.com/a-samarco/">https://www.samarco.com/a-samarco/</a>).</p> <p><b>Avaliação:</b> É utilizada umalinguagem formal, sendo uma reportagem neutra, e até mesmo apática, por ser a primeira do maior desastre ambiental do estado e do país do jornal.</p> <p><b>02. Laudo técnico alertou para instabilidade em área de barragem em Mariana- 06/11/2015</b></p> <p><b>Resumo:</b> a reportagem diz que um laudo técnico do instituto Prístino apontou sobreposições na barragem e uma pilha de material estéril da Vale. O relatório mostra que, desde a época de 2013, já haviam recomendações a respeito do tratamento conduzido nas barragens pela empresa.</p> <p><b>Avaliação:</b> a notícia aponta para um deslize que a empresa levou em não recuperar ambientalmente as sobreposições na barragem. Repercussão negativa para a Samarco, que poderia ter evitado tal dano dois anos antes que acontecesse a tragédia.</p> <p><b>03. Tragédia de Mariana: autoridades denunciam abusos de mineradoras e exigem nova atitude - 05/04/2018</b></p> <p><b>Resumo:</b> a reportagem identifica irregularidades graves contra a Samarco, Vale e BHP. Essas irregularidades incluem erros no cadastro dos atingidos, nas indenizações e no próprio acesso à informação. O Ministério Público Federal e outros órgãos judiciais de Minas e do Espírito Santo se juntaram na coleta de informações que mostram o autoritarismo de funcionários da Fundação Renova em obrigar os moradores atingidos pelo acidente em aceitar o que é imposto pela Fundação e a restrição de informações que lhes poderiam ser úteis em processos judiciais. Em seguida, eles deram recomendações para que as</p>
---	---

mineradoras possam agir de maneira correta a partir do que foi acordado entre eles.

**Avaliação:** essa reportagem é mais extensa e aponta para a irresponsabilidade ambiental das mineradoras em tratar de maneira justa e transparente os direitos e a dignidade da pessoa humana – valores, inclusive, que estão na página da Fundação Renova<sup>22</sup>. Em uma linguagem bastante crítica, a reportagem apresenta, nas cinco primeiras páginas, o posicionamento crítico tanto do governo quanto dos moradores nos comportamentos citados. Na última página, uma nota da assessoria da Samarco reafirmando o seu compromisso com o TAC e com o que foi acordado demonstra que não há contestação sobre cada um dos fatos por completo, mas, sim, uma nota “padrão” para qualquer posicionamento desfavorável e solicitação de esclarecimentos que possa surgir da imprensa. Em termos de resposta à imprensa, esse posicionamento demonstra distância entre a organização e as vítimas, e reforça ainda mais a reportagem contrária à mineradora.

#### **04. Vítimas da tragédia em Mariana fazem manifestação nesta quinta-feira – 05/04/2018**

**Resumo:** 200 pessoas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se organizaram em protesto em diferentes cidades de MG para denunciar a demora da Fundação Renova em solucionar os problemas dos moradores desde o acidente. Em entrevista, os moradores são marcados pela revolta de não terem datas para entrega da construção de novas moradias para os atingidos por parte da Fundação. Novamente, a mesma resposta da notícia anterior foi dada pela assessoria da Samarco e suas acionistas (inclusive, a mesma nota) e a Fundação Renova informa que as recomendações do Ministério Público estão sendo tratadas e passam por evoluções.

**Avaliação:** a notícia mostra que mesmo após quase três anos do desastre a população de atingidos ainda passam por dificuldades em terem seus direitos garantidos. Apesar das recomendações do MP, a Samarco e a Fundação transmitem a imagem de que o problema é apenas jurídico, não fornecendo uma moradia digna para os moradores que perderam tudo junto com a lama e os

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/transparencia/>>. Acesso em: 01 maio 2017.

rejeitos. Essa demora não é justificada pois o problema é muito além do judicial, e os moradores que perderam tudo se organizam da forma que podem para denunciar os atrasos e a suposta “apatia” da empresa em acolher essas pessoas e suas famílias. A nota de resposta da assessoria novamente se mostra fria e distante. Com tamanha comoção, a resposta resumida em “estamos resolvendo” se mostra insuficiente e garante a imagem de uma empresa “quase indefensável” perante a comunidade local e a todos que estão ligados a ela.

**05. Valores divergentes: EM tem acesso a planilha de indenizações de vítimas da tragédia de Mariana – 08/04/2018**

**Resumo:** a reportagem mostra valores divergentes apresentados na Matriz de Danos feita pelas mineradoras e os reais valores dos bens materiais dos atingidos pelas barragens.

**Avaliação:** a imagem inicial já causa impacto por ser a foto de um morador de Paracatu de Cima, MG, no lugar onde foi a sua casa e se mostra hoje em ruínas. Além disso, a frase “querem pagar uma miséria pela destruição” já dita o tom da reportagem: quase denunciador. O acesso e avaliação do jornal EM na Matriz de Danos (que prevê o que cada morador terá direito) mostra que o jornal concorda com o posicionamento do morador ao falar que os valores são “irrisórios”. A tabela de orçamento elaborada pelo jornal termina por mostrar o descaso das mineradoras em pagar pelos prejuízos alheios, subvalorizando bens materiais que poderiam possuir grande valor afetivo ao seu dono, por exemplo. É um grande impasse da Samarco em indenizar bens que, conforme o passar do tempo, perdem o seu valor de mercado. No entanto, pela gravidade da situação, seria necessário pagar o valor completo (cheio) pelos bens materiais, afinal, os atingidos pelas barragens perderam tudo o que tinham e muitos não possuem condição financeira para comprar tudo o que perderam de novo ao mesmo tempo de suas necessidades. Essa matéria causa um dano extremamente negativo à imagem das empresas, pois mostra que ela está visando o menor custo possível para reparar os danos causados quando o maior ato de responsabilidade social e da própria assessoria de imprensa seria o tratamento digno a esses moradores de uma maneira justa.

## **06. Estudo revela prevalência de depressão entre atingidos pela tragédia de Mariana – 13/03/2018**

**Resumo:** uma pesquisa feita pela Universidade Federal de Minas Gerais e a Cáritas Regional Minas Gerais realizou uma pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelos rompimentos das barragens e avalia que os índices de depressão somam cinco vezes mais do que a descrita pela Organização Mundial da Saúde para todo o Brasil. Além disso, houve também piora nas dores de cabeça e aumento das palpitações e desejo de suicídio nos últimos dois anos pela população.

**Avaliação:** a tabela “ Tsunami de traumas” da reportagem traz um caráter urgente em tratar todos os transtornos e traumas deixados pelo desastre. A Renova afirmou por meio de nota que desenvolve estudos em saúde para nortear as suas ações e que faz parte de sua estratégia o fortalecimento das estruturas públicas existentes, reforçando o Sistema Único de Saúde de Mariana com 50 profissionais de saúde e de assistência social. A assessoria da Samarco foi feliz em emitir essa nota e mostrar o seu papel responsável em garantir à população o acesso à saúde pública, reforçando o sistema com mais profissionais. No entanto, tamanho desastre alcança dois estados e não somente um município, ficando uma grande dúvida no leitor se os outros municípios tão atingidos quanto Mariana também têm esse reforço na saúde pública.

## 10 IMAGEM E REPUTAÇÃO

No séc. XX, a comunicação nas organizações públicas e privadas começou a nascer e o seu foco era passar uma boa impressão no público, mesmo que, se fosse necessário, usar de mentiras ou corrupção para a sua promoção (GERALDES IN: FORMIGA, Asdrúbal; RENAULT, David, 2014). Geraldes mostra que a comunicação organizacional veio de forma a complementar o diálogo entre as áreas da comunicação para abordar de forma complexa e integrada problemas também integrados onde áreas fragmentadas da comunicação não eram capazes de dialogar entre si ou de resolverem sozinhos.

No desastre ambiental de Mariana, a Samarco enfrenta grave crise de imagem empresarial que são complexos e de longo prazo, onde não cabe compartimentar a sua comunicação devido a gravidade dos fatos ocorridos e na dependência de famílias brasileiras diante da sua postura e resposta frente aos problemas causados.

Forni (2013) analisa que “a comunicação é chamada quando o fato negativo está consumado”. A mudança da gestão da mineradora para uma política baseada em riscos e implementada após o acidente comprovam a postura tardia da administração da empresa e o gerenciamento de imagem foi seriamente prejudicado por problemas que poderiam ter sido previamente solucionados e trabalhados. No mesmo texto, o autor mostra que é importante separar “gerência de crise” do “gerenciamento de comunicação na crise”.

A reputação de uma empresa é a projeção da sua imagem exterior. Ela traz os seus valores, sua missão, visão e, é claro, sua identidade. “A gestão da identidade se dá pela compatibilização das intenções dos discursos com as impressões interpretantes (imagens)” (IASBECK, 2007, pág. 86). Nessa linha de pensamento, a imagem é subconsciente e a reputação a junção entre toda a comunicação e suas atividades - a impressão consciente do seu discurso.

A pesquisa de gestão de imagem ainda é recente no Brasil. Embora o conceito de “comunicação integrada” já seja conhecido pela academia, os estudos de reputação e gerenciamento de crises são liderados por bacharéis e profissionais das Relações Públicas. São esses quem elaboram estudos e manuais “gerais e práticos” para diversas organizações.

Um desses estudos foi destaque na 6ª edição do Prêmio Universitário da Associação Brasileira de Jornalismo Empresarial. Patrocinado pela Vale S.A, a premiação visava conceber um projeto de comunicação para o setor de mineração. O conceito do projeto era mostrar a importância da atividade extrativista na vida humana, e buscava desafiar os estudantes universitários a argumentar a seu favor utilizando

ferramentas de comunicação<sup>23</sup>. Os vencedores do prêmio foram estudantes do curso de Relações Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, cujo trabalho foi intitulado “Novos Sentidos para a Mineração”. O estudo consistiu em um plano de comunicação através do *design thinking* com pesquisas de campo e sondagens quantitativas. A pesquisa concluiu que os entrevistados possuíam “significativo desconhecimento” sobre as mineradoras de suas próprias regiões, mas 56% deles se mostraram abertos a conhecer melhor o assunto. Através da proposição e estruturação de concursos internos, análise de mídias sociais, publicações e exposições o grupo enfatizou a importância da pesquisa de imagem anual de forma a mensurar a efetividade e aceitação das ações.

O gráfico 8 do trabalho (figura 6) é especialmente importante por se tratar de uma pesquisa de opinião que questiona ao entrevistado quais as palavras que representam a realidade da mineração:

Figura 6 - Palavras que Representam o Dia a Dia da Mineração<sup>24</sup>



Fonte: elaborado pelos autores do trabalho (2016, pág. 05).

“Para compreender como os respondentes percebem o dia a dia na mineração, foram expostas algumas palavras que remetem a esse trabalho. Essa questão era composta por caixas de seleção – ou seja, podia ser escolhida mais de uma opção. O “impacto ambiental” é o termo mais relacionado (78%), seguido por “condições inadequadas de trabalho”, com 48%. Ambos são percepções negativas reforçadas pela mídia de massa, consolidadas no ideário social. Com os acidentes recentes em Mariana, ambos os termos foram muito

<sup>23</sup> Sexta Edição - 2016. **Desafio Indústria da Mineração**. Disponível em: <<http://www.premiouniversitarioaberje.com.br/assets/files/Desafio%20PUA%202016.pdf>>. Acesso em: 19 de março 2018.

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.premiouniversitarioaberje.com.br/assets/files/Novos%20caminhos%20para%20a%20mineracao.PDF>>. Acesso em: 04 de fev 2018.

presentes em notícias nacionais e internacionais, o que pode justificar parte desta resposta. É importante citar que, apesar disso, termos como “geração de emprego” ainda assim possuem um número expressivo, o que salienta que, para algumas regiões, a mineração representa o desenvolvimento do local.”

Através do gráfico pode-se extrair que o que a população pensava em 2016 eram em essência aspectos negativos da mineração, como já explicitado neste trabalho. As reportagens na mídia local não patrocinadas também mostram que a atividade extrativista necessita de um trabalho maior em longo prazo e de um planejamento estratégico que possa dar uma maior voz à quem é mais impactado pela mineração: os mineradores e a comunidade local. Como cita Forni (2012): “O importante é não deixar que o público interno, o principal formador de opinião sobre a organização, seja um agravante para sua crise”.

O jornal Estado de Minas enquadrava, antes do acidente, as matérias do setor minerário no caderno de economia, onde as principais notícias eram de aumentos e quedas na produção e exportação do setor. Após o acidente, as matérias são reportagens especiais elaboradas por correspondentes do jornal em Bento Rodrigues. É notório também que o jornal não foi o primeiro a dar o “furo” jornalístico, mas a partir do desenrolar jurídico do acidente a cobertura passou a ser mais frequente e de maior conteúdo. As reportagens passaram a contar com mais fontes e depoimentos, além de imagens que mostram a situação dramática que se encontra em Minas Gerais. Os quadros informativos também colaboram muito na formação de opinião do leitor, pois deram em detalhes as informações que estão sendo citadas, quadro por quadro. Foram selecionadas reportagens que tiveram um maior conteúdo em termos de editorial e que aproveitaram o tempo dos fatos.

Nas reportagens analisadas, a mineradora Samarco foi representada pela assessoria de imprensa da Vale do Rio Doce, e por ser uma das proprietárias ela responde por todos os atos da Samarco. No entanto, quando se percebe que a Samarco – que tem o seu quadro de pessoal próprio, inclusive uma assessoria de comunicação voltada para crises – não responde por ela mesma em questão de mídia, esse detalhe evidencia um distanciamento em relação aos próprios moradores. Não poderia a Samarco responder pelos seus próprios atos? Outro fato é que nas reportagens 03, 04 e 05 a mineradora se pronuncia de maneira ainda mais distante, respondendo as acusações do jornal Estado de Minas com uma nota padrão que já foi dada inclusive em jornais de outros estados. Responder à crise de forma insuficiente é a mesma coisa que não responder a ela. Diante de tantos fatos apontados, a Vale poderia, sim, ter dado uma resposta ao jornal rebatendo ponto a ponto sobre cada um dos fatos apresentados. No entanto, o que ela preferiu foi falar de forma abrangente e distante, tratando, como mencionado na análise da reportagem 04, o problema de

forma jurídica e não o encarando como um fato no qual a empresa está prejudicando e atrasando ainda mais a vida das pessoas que dela dependem.

Com o argumento de que a Vale possui a Fundação Renova para tratar de todos os casos dos acidentes com transparência, nem todo o leitor acessa diariamente o site da Fundação para saber como está o desenrolar das ações judiciais. O leitor acessa, ao contrário, os jornais diariamente para obter informações e conhecimento tanto dessas quanto de outras causas que impactam as suas vidas (sobretudo a população afetada por tragédias, onde muitas vezes se sabe pelo jornal o que está acontecendo no resto do mundo). Quando um jornal se baseia em fatos e argumentos, especialmente jurídicos, como é o caso, o leitor acredita que está lendo uma informação mais verdadeira e apurada, e encara a notícia igual encaram os artigos da Constituição: como leis. Ao se posicionar de forma apática ou de uma forma recorrentemente padrão, as mineradoras não dão o devido valor para os veículos de imprensa. Infelizmente, não há como ter um bom planejamento de comunicação se a empresa tem uma comunicação interna eficiente, mas externamente age dessa forma. A imagem das mineradoras Samarco e Vale do Rio Doce, pelo menos nas redações, está seriamente prejudicada por erros de gestão e o primeiro passo para mudar esse quadro é a mudança de postura e discurso com a imprensa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho percebe-se que a análise das relações de poder entre mídia, mineração e as comunidades tiveram que partir de uma explanação, mesmo que breve, de uma conceituação do que é a atividade de extração do solo e dar visibilidade às comunidades locais retratados através da cobertura midiática selecionada no jornal Estado de Minas.

O desejo de iniciar esse trabalho partiu da vontade de investigar se a população que foi afetada por esses acidentes realmente valorizava o trabalho das mineradoras e como se relacionavam com elas. As comunidades ainda estão lutando pelos seus direitos que estão sendo cerceados pela demora tanto judicial quanto da liberação de recursos para que elas recuperem tudo o que lhes foi perdido (incluindo o cuidado com a saúde mental, como apontado por reportagem do EM).

Um grande desafio foi achar reportagens que tivessem uma linguagem significativa e que pudesse entrar para análise. Das páginas de Economia para o caderno Nacional, as mineradoras se tornaram alvo de reportagens detalhadas que ressaltava a todo o momento a falta de responsabilização da Samarco e suas acionistas em reparar, primeiramente com a comunidade, os danos causados. Infelizmente, a Assessoria de Comunicação não conseguiu reverter essa imagem na melhor oportunidade que tinham, que era a de informar o leitor de jornal sobre a verdade dos fatos.

A postura apática não corresponde à situação de crise da empresa. Todos esses fatos somados, formam uma hipótese de que não há comunicação integrada tanto da Assessoria para com o público externo quanto dela para os próprios membros da Fundação Renova. O diálogo raso e o constante aparecimento nos jornais de uma forma negativa mostra que a imagem da Samarco está em uma situação crítica, pois faltou proatividade na gestão de crise do setor de Comunicação.

Outra dificuldade enfrentada foi a vontade de mencionar os jornais “Diário do Pará” e “O Liberal” na pesquisa, especialmente por um acidente parecido com o de Mariana na cidade de Oriximiná, nos anos 1980. No entanto, as poucas reportagens que relatavam os dois desastres não eram relevantes para esse trabalho, e se achavam muito mais reportagens pagas e publicidade da Vale do Rio Doce nesses jornais do que um relato aprofundado dos mesmos. O estado brasileiro do Pará é, juntamente com Minas Gerais, o maior em termos de minérios naturais do Brasil, fazendo desses os locais com maior influência do comércio minerário na América do Sul. Apesar disso, os objetivos da pesquisa, abordados no cap. 2, foram concretizados.

Para finalizar, cabe dizer que a formação de estudantes de Comunicação Organizacional se faz necessária no momento que, por diversas razões, a comunicação interna (ou a falta dela) impacte diretamente na comunicação externa de

uma organização. Esse tipo de profissional é preparado e qualificado para alinhar a estratégia da comunicação com a estratégia administrativa de onde trabalha. Essa falta de alinhamento pode trazer prejuízos financeiros e, em princípio, na imagem que a população tem sobre essa organização.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Helder. **Jornalismo Eletrônico**. Internet e Reconfiguração de Práticas nas Redações. Coimbra: Minerva, 2000.
- BANZOLI, Lucas. **Manual de Gerenciamento de Crises**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2013. (Trabalho de Conclusão de Curso).
- BERTÉ, Rodrigo. **Gestão socioambiental no Brasil**. Curitiba: Ibplex, 2012.
- BITAR, Omar Yazbek. **Avaliação da recuperação de áreas degradadas por mineração na região metropolitana de São Paulo**. Tese de Doutorado em Engenharia Mineral. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial: teoria e pesquisa**. Barueri, SP: Manole, 2002.
- CUNHA apud Zacarias in: ZACARIAS, R..**Consumo, Lixo e Educação Ambiental: uma abordagem crítica**. FEME; 2003, Juiz de Fora. pág. 18.
- CURVELLO, J. J. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2009.
- FARIAS, C. E; COELHO, J. M. **Mineração e Meio Ambiente no Brasil**. Relatório PNUD, 2002. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_pnla/arquivos/minera.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/arquivos/minera.pdf)>. Acesso em: 19 de outubro de 2017.
- FORNI, J. J. **Gestão de crises e comunicação: o que os gestores e profissionais de comunicação precisam saber para enfrentar crises corporativas**. São Paulo: Atlas, 2012.
- FREY, Klaus. **O papel da imprensa na política ambiental**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n. 32, p. 299. Outubro de 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/viewFile/25266/22208>> Acesso em 24 de março de 2018.

GERALDES, E. In: FORMIGA SOBRINHO, A.B; RENAULT, David. **Muito além dos meios: Comunicação organizacional desafios e interfaces**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. 130 p.

GUDYNAS, Eduardo. 2015. **Extractivismos**. Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB - CLAES. 453 p. [2da ed. Lima: RedGE - PDTG CLAES].

IASBECK, Luis Carlos Assis. **Imagem e reputação na gestão da identidade organizacional**. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/112/1>> . Acesso em: 22 maio. 2018.

KUNSCH, M.M.K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 1986.

LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **O Jornalista em Pauta: mudanças no mundo do trabalho, no processo de produção e no discurso**. 2009. Disponível em: . Acesso em: 12 jun. 2018.

LOPES, Marcos. **Acidentes na Mineração causam Desastres e Perdas Humanas**. Janeiro de 2015. Disponível em: <<https://tecnicoemineracao.com.br/acidentes-na-mineracao-causam-desastres-e-perdas-humanas/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MONTEIRO, G. F. A notícia institucional. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2009 e 2011.

NASCIMENTO, L.F.; LEMOS, A.D; MELO, M.C; **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre, Bookman, 2008.

OLIVEIRA, Ivone de L. **Estrutura e funções da Comunicação nas Organizações: articulação entre conceito e operacionalização**. GT Abrapcorp 1. Teorias, história e metodologia dos estudos em Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo: Cidade Universitária, 2007.

PRESSLER, Neusa. **Comunicação e Meio Ambiente: Agências de Cooperação Internacional e Projetos Socioambientais na Amazônia**. Belém: UNAMA; Manaus: UEA, 2012.

SEABRA In: CUNHA, S. B. / GUERRA, A. J. T (org). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Sandra Baptista da Cunha, Antônio José Teixeira Guerra (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

## ANEXOS

### ANEXO A - Reportagem 01

## **em.com.br** Empresa de barragem rompida é a 10ª maior exportadora do País

postado em 05/11/2015 20:49

**S**ão Paulo, 05 - Fundada em 1977, a mineradora Samarco é atualmente uma controlada pelas gigantes do setor Vale (50%) e a anglo-australiana BHP Billiton (50%). Fabricante de pelotas - pequenas bolinhas de minério de ferro usadas na produção de aço - a empresa é a 10ª maior exportadora do País. Com operações em Minas Gerais e no Espírito Santo, a Samarco tem capacidade para produzir 30,5 milhões de toneladas anuais de pelotas, que são destinadas a clientes em mais de 20 países.

Na unidade de Germano, em Minas Gerais, onde ocorreu o rompimento da barragem ontem, a Samarco opera três concentradores. Os equipamentos são usados para beneficiar o minério de ferro extraído das minas da companhia na região. O sistema de produção da empresa se completa com quatro usinas de pelotização (que transformam o minério nas pelotas) instaladas em Ubu, no município de Anchieta, no Espírito Santo.

As operações nos dois estados que são interligadas por três minerodutos com 400 quilômetros de extensão cada, além de um terminal marítimo próprio em Ubu e dois escritórios internacionais, em Amsterdã (Holanda) e Hong Kong (China) e um nacional, em Vitória (ES). Ao todo a Samarco estima gerar cerca de 2,9 mil empregos diretos e 3,5 mil empregos indiretos.

Recentemente a Samarco concluiu um processo importante de expansão, com investimentos de R\$ 6,4 bilhões em sua quarta

[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/11/05/interna\\_nacional,705002/empresa-de-barragem-rompida-e-a-10-maior-exportadora-do-pais.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/11/05/interna_nacional,705002/empresa-de-barragem-rompida-e-a-10-maior-exportadora-do-pais.shtml)

punidade de pelotização. Até o ano passado, antes da expansão, a empresa tinha uma capacidade de produção de 22 milhões de toneladas de pelotas. Apesar de não descartar novas ampliações no médio prazo, por ter capacidade ociosa de transporte de minério, a companhia ainda não anunciou nenhum novo projeto. Diante do cenário de queda dos preços internacionais do minério de ferro, o foco tem sido consolidar sua posição atual.

Apesar de ser a segunda maior empresa global no segmento de pelotas, a Samarco também perdeu o grau de investimento da agência de classificação de risco Standard & Poor's, na esteira do rebaixamento da nota soberana do Brasil. A mineradora, entretanto, manteve o selo de bom pagador concedido pela Fitch e a Moody's, outras duas maiores agências globais de análise de risco.

---

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.  
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

---

© Copyright Jornal Estado de Minas 2000 - 2018. todos os direitos reservados.

## **em.com.br** Laudo técnico alertou para instabilidade em área de barragem em Mariana

Segundo o relatório, o contato entre a pilha e a barragem era "inadequado para o contexto de ambas estruturas, devido à possibilidade de desestabilização do maciço da pilha e da potencialização de processos erosivos"

---

PR - [Pedro Rocha Franco \(https://www.em.com.br/busca?autor=Pedro Rocha Franco\)](https://www.em.com.br/busca?autor=Pedro Rocha Franco).

postado em 06/11/2015 06:00 / atualizado em 10/11/2015 11:30

**E**m laudo técnico concluído em 21 de outubro de 2013, época da revalidação da licença de operação da barragem de rejeitos do Fundão, o Instituto Prístino – instituição de pesquisa e diagnósticos de conservação e uso racional do patrimônio natural –, destacou a sobreposição de áreas afetadas pela barragem e por uma pilha de material estéril da mineradora Vale. Segundo o relatório, o contato entre a pilha e a barragem era “inadequado para o contexto de ambas estruturas, devido à possibilidade de desestabilização do maciço da pilha e da potencialização de processos erosivos”. Como consequência disso, previa a possibilidade de “desestabilização do talude” resultando em “colapso da estrutura”.

Os alertas seguem no documento: “embora todos os programas atuem na prevenção dos riscos, o contato entre elas não é recomendado pela sua própria natureza física. A pilha de estéril requer baixa umidade e boa drenagem; a barragem de rejeitos tem alta umidade, pois é reservatório de água”, diz trecho seguinte do parecer elaborado a pedido da Coordenadoria Geral das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna\\_gerais,705089/laudo-tecnico-alertou-para-instabilidade-em-area-de-barragem-em-marian.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna_gerais,705089/laudo-tecnico-alertou-para-instabilidade-em-area-de-barragem-em-marian.shtml)

A peça foi elaborada como parte do processo de renovação da licença, mas não envolve perícia, nem a produção primária, tendo sido feito, portanto, com base em outros documentos do licenciamento.

O Instituto Prístino apresentou no laudo o que poderia ocorrer em um processo de saturação na pilha adjacente à barragem. Poderia ocorrer a “obstrução da drenagem da pilha e tentativa de equilíbrio do nível de água entre as duas estruturas”.

A evolução dessa situação por causa das chuvas resultaria na elevação de águas subsuperficiais. Em face de toda a situação, é citada “a possibilidade de desestabilização da face do talude, resultando num colapso da estrutura”. O relatório técnico afirma ainda que “dependendo do raio da ruptura neste processo, podem ocorrer vários colapsos em diferentes níveis de taludes e criar um fluxo de material com grande massa de estéril se deslocando para jusante em direção ao corpo da Barragem do Fundão e adjacências”.

---

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.  
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

---

© Copyright Jornal Estado de Minas 2000 - 2018. todos os direitos reservados.

## **em.com.br** Tragédia de Mariana: autoridades denunciam abusos de mineradoras e exigem nova atitude

Foram identificadas irregularidades nas indenizações dos moradores das cidades atingidas e pescadores, no cadastro dos atingidos e no acesso à informação das famílias aos documentos sobre os casos

---

JH \_ João Henrique do Vale (<https://www.em.com.br/busca?autor=Joao Henrique do Vale>)

postado em 05/04/2018 17:51 / atualizado em 05/04/2018 18:28



Sete órgãos assinaram uma recomendação para as três mineradoras responsáveis pela barragem de Fundão que se rompeu em novembro de 2015

(foto: Alexandre Guzanshe/EM/D.A Press)

### **A violação dos direitos das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, na Região Central de Minas**

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/05/interna\\_gerais,949282/tragedia-de-mariana-autoridades-denunciam-abusos-de-mineradoras.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/05/interna_gerais,949282/tragedia-de-mariana-autoridades-denunciam-abusos-de-mineradoras.shtml)

Gerais, por parte das empresas responsáveis pela reparação dos danos, é investigada por uma comissão formada por sete órgãos do Estado e do Espírito Santo. Uma recomendação foi feita para a Samarco, BHP Billinton, e Vale, e para a Fundação Renova, criada pelas empresas para executar as medidas. Foram identificadas irregularidades nas indenizações dos moradores das cidades atingidas e pescadores, no cadastro dos atingidos e no acesso à informação das famílias aos documentos sobre os casos. As mineradoras terão 20 dias corridos, a partir da notificação, para informar sobre quais as medidas serão tomadas.

As denúncias de moradores sobre as irregularidades, levou a formação de uma comissão de diferentes órgãos. O Ministério Público Federal (MPF), do Trabalho (MPT), do Estado de Minas Gerais (MPMG), do Estado do Espírito Santo (MPES), a Defensoria Pública da União (DPU), do Estado de Minas Gerais (DP-MG) e do Espírito Santo (DP-ES), uniram as informações colhidas e expediram Recomendação às empresas.

A irregularidade mais grave apontada pelos órgãos está ligada à indenização. O principal ponto de preocupação é em relação ao fornecimento de informações equivocadas, que induzem os atingidos a erro. De acordo com o MPF, uma das possíveis estratégias usadas era a alegação de suposta prescrição no direito à reparação dos danos. Isso era feito, segundo as apurações, para forçar os atingidos a aceitarem rapidamente as condições oferecidas pelas empresas, sem a possibilidade de negociação.

O MPF cita, ainda, que a Renova vem obrigando os atingidos a renunciar ao direito de propor futuras ações judiciais e renunciar à aquelas já propostas. Na recomendação, os órgãos recomendaram que as empresas se abstenham de “exigir renúncia dos direitos a eventual ação judicial proposta pelo atingido, devendo eventual desistência se ater integralmente aos limites do acordo, observada a quitação

específica”.

Foi identificado, também, que os atingidos não conseguem discutir os valores oferecidos pelas empresas no âmbito das Políticas Indenizatórias. Elas ficam reservadas a aderir ao referido programa, mediante preenchimento do formulário de elegibilidade e apresentação de documentação, ou rejeitar a proposta. "As Políticas Indenizatórias se valem de valores tabelados para quantificar os danos materiais e morais dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, (...) não sendo estabelecida segundo a situação individual concreta de cada atingido pelo rompimento da barragem, o que, muitas vezes, representa desconsideração da força produtiva da mulher dentro da cadeia de pesca, com seu trabalho colocado de forma complementar ao do seu companheiro", descreve o texto da recomendação.

Os órgãos se dizem preocupados com a situação das mulher atingida. Segundo as apurações, a Renova não vem reconhecendo a renda das mulheres autônomas que foram atingidas. Sendo assim, elas não têm o direito ao cartão emergencial em seu nome, em desrespeito à independência econômica que tinham antes do rompimento da barragem.

Neste ponto, foi recomendado que as empresas deixem de utilizar questionários com a mulher atingida que direcionem ao não reconhecimento do seu trabalho como autônomo, independente e não complementar ao do seu companheiro, devendo indenizá-las em igualdade de condições com os homens atingidos, sem qualquer distinção no tratamento e valores, conforme obriga a Convenção 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## **Acesso à informação**

Os Ministérios Públicos e Defensorias Públicas apontam que as mineradoras vêm dificultando o acesso a documentos produzidos pela Fundação Renova. Inclusive, foi imposta multa às pessoas que fizerem uso deles. Por isso, foi recomendado que os moradores tenham acesso irrestrito e que os documentos tenham linguagem clara e acessível. Para as instituições, "a previsão do art. 46, do Regimento Interno do PIM [Programa de Indenização Mediada], que cria limitações ao direito de uso dos dados e prevê a aplicação de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo seu uso fora dos programas socioeconômicos é ilegal e atenta contra os direitos fundamentais dos atingidos". Assim, "não podem ser exigidos do atingido quaisquer compromissos de segredo ou confidencialidade acerca das propostas ou comunicações que recebam das empresas ou Fundação Renova, tendo plena disponibilidade de usar a informação da forma que entender pertinente".

Os órgãos também recomendam que o cadastramento para participação nos programas socioeconômicos não deverá ser encerrado enquanto todos os pedidos de cadastro e de reconhecimento das pessoas como atingidos não sejam devidamente apreciados. As avaliações também não poderão utilizar recortes geográficos com o fim específico de impedir o cadastramento de indivíduos que se entendem atingidos e toda negativa deverá ser fundamentada objetivamente, sem a utilização de critérios abstratos e generalizados.

## **Pescadores**

Os Ministérios Públicos e Defensorias também contestam a adoção de marcos territoriais arbitrários para a fixação do direito a indenizações. Recomendaram que as empresas não limitem o

reconhecimento da condição de pescador de subsistência apenas àqueles que residam até um quilômetro dos cursos d' água e região costeira afetados. Deve adotar o critério de reconhecer como pescador aquele que comprove o exercício da atividade de pesca por meio da apresentação de carteira emitida pelo Ministério da Pesca e Agricultura ou do protocolo de solicitação da carteira emitidos até 5 de novembro de 2015. O que não possuem os referidos documentos, declare o exercício da atividade de pesca, mediante declaração escrita realizada sob as penas da lei.

As empresas deverão incluir “o pagamento do seguro-desemprego (seguro defeso), em razão da interrupção da pesca, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.779/03, em favor de todos os trabalhadores(as) da cadeia da pesca, a exemplo de pescadores(as), redeiros(as), carpinteiros(as) de barcos, tratadores(as)/limpadores(as) de peixes e de outras espécies, bem como marisqueiros(as)”.

Por fim, os órgãos recomendaram que as empresas conceda assistência jurídica gratuita a todas as pessoas que, necessitadas, não possuam condições de arcar sem prejuízo de uma vida digna. Ressaltaram que esse custeio não poderá ser descontado do valor da indenização e deverá contar com o apoio das assessorias técnicas acaso já contratadas.

#### **Empresas**

A Fundação Renova se posicionou, alegando que as questões recomendadas pelos Ministérios Públicos já estão sendo tratadas pela empresa, formada por mais de 70 entidades que deverão reparar os impactos causados pelo rompimento de Fundão.

Em nota encaminhada ao **Estado de Minas**, as empresas Vale, Samarco e BHP Billiton informaram que reiteram compromisso com

os esforços feitos pela Fundação Renova. "(As empresas) reiteram o compromisso com os esforços de compensação e remediação, que estão a cargo da Fundação Renova, e que foram definidos pelo acordo firmado com os entes federativos da União e dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais", comunicaram.

Confira a nota da Renova na íntegra:

*A Fundação Renova é parte de um sistema formado por mais de 70 entidades comprometidas com a reparação dos impactos causados pelo rompimento de Fundão, modelo reconhecido por órgãos internacionais como a ONU Meio Ambiente, universidades e órgãos públicos brasileiros. A Recomendação dos Ministérios Públicos aborda questões que já vem sendo tratadas pela Fundação Renova e estão passando por evoluções. A Fundação Renova prestará todas as informações sobre o avanço dos programas, seguindo sua política de transparência e seriedade no trato com todos os envolvidos.*

---

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.  
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

---

© Copyright Jornal Estado de Minas 2000 - 2018. todos os direitos reservados.

## **em.com.br** Vítimas da tragédia em Mariana fazem manifestação nesta quinta-feira

Manifestantes reivindicam atitude e agilidade das empresas em atender as demandas. Mineradoras dizem que Fundação Renova acompanha os casos

LE - [Lucas Eduardo Soares\\*](https://www.em.com.br/busca?autor=Lucas Eduardo Soares*) ([https://www.em.com.br/busca?autor=Lucas Eduardo Soares\\*](https://www.em.com.br/busca?autor=Lucas Eduardo Soares*)).

postado em 05/04/2018 19:45 / atualizado em 05/04/2018 20:02



Manifestantes pararam linha de trem da Vale, na Região do Rio Doce

(foto: Movimento de Atingidos por Barragens/Reprodução/Facebook)

A quinta-feira, em Minas Gerais, foi marcada por manifestações contrárias às mineradoras responsáveis pela barragem de Fundão no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, Região Central de Minas Gerais. Além de serem co

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/05/interna\\_gerai-de-mariana-autoridades-denunciam-abusos-de-](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/05/interna_gerai-de-mariana-autoridades-denunciam-abusos-de-)

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/05/interna\\_gerais,949341/vitimas-da-tragedia-em-mariana-fazem-manifestacao-nesta-quinta-feira.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/05/interna_gerais,949341/vitimas-da-tragedia-em-mariana-fazem-manifestacao-nesta-quinta-feira.shtml)

**mineradoras.shtml)bradas pelos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas de Minas e do Espírito Santo**  
**([https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/05/interna\\_gerai-de-mariana-autoridades-denunciam-abusos-de-mineradoras.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/05/interna_gerai-de-mariana-autoridades-denunciam-abusos-de-mineradoras.shtml))**, as empresas também foram alvo dos manifestantes, que reivindicaram atitude e agilidade em atender as demandas dos atingidos.

Em Periquito, na Região do Rio Doce, cerca de 200 pessoas, de acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) protestaram, na tarde desta quinta-feira, em uma linha de trem da Vale que passa pelo distrito de Pedra Corrida. De acordo com o MAB, os moradores da cidade denunciaram que a Fundação Renova tem demorado para resolver os problemas demandados desde que a lama de rejeitos da barragem de Fundão chegou ao Rio Doce.

"A Vale está exigindo coisas sem critérios, sem pé e nem cabeça", desabafou Raphaela Rodrigues, de 25 anos, integrante da comissão do MAB em Naque, também na região. Segundo ela, a empresa deveria dar um retorno aos moradores dos municípios vizinhos sobre demandas até a quarta-feira passada. O documento com as reivindicações foi encaminhado à Vale há algumas semanas, segundo a integrante do MAB.

Ainda de acordo com a representante dos moradores da cidade, foi nesse momento em que os manifestantes decidiram "tomar uma atitude". "Fomos para a linha, ocupamos por uma hora, aproximadamente, com mais de 100 pessoas, incluindo crianças e idosos. Quatro trens, incluindo os que haviam passageiros, pararam, até que um tenente nos mandou sair", contou Raphaela. De acordo com ela, a liminar apresentada pelo militar era de 2017: "A sensação que eu tenho é de revolta", contou.

**MARIANA** Houve manifestação também em Mariana, na Região

Central de Minas Gerais na manhã desta quinta-feira. Moradores de Bento Rodrigues pararam a MG-129, na encruzilhada para a entrada do distrito, cobrando da Fundação Renova agilidade no processo de construção das novas moradias aos atingidos pelos rejeitos da barragem de Fundão.

De acordo com Marinalva Sagado, 45, a manifestação durou pouco, mas serviu para mostrar o drama que os moradores passam. "Eles (Renova) disseram que o Novo Bento ficaria pronto em 2019, mas, recentemente, disseram que não tem mais uma data prevista", contou. "Sinto muita tristeza. Porque só mudam, cada dia é uma coisa diferente."

## Posicionamento

Sobre a repercussão desta tarde, envolvendo denúncias de autoridades, as empresas Samarco, Vale e BHP encaminharam uma nota dizendo que "reiteram o compromisso com os esforços de compensação e remediação que estão a cargo da Fundação Renova e que foram definidos pelo acordo firmado com os entes federativos da União e dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais".

"As empresas reiteram, ainda, o seu compromisso com as negociações em curso para realização de acordo com as partes envolvidas, permanecendo à espera do retorno do Ministério Público, conforme previamente pactuado", finalizaram.

Já a Fundação Renova informou que a Recomendação dos Ministérios Públicos já estão sendo tratadas e "passam por evoluções". "Os reflexos desses avanços nos programas são resultado de uma construção coletiva continua. A Fundação Renova prestará todas as informações sobre o avanço dos programas, seguindo sua política de transparência e seriedade no trato com todos os envolvidos", disse.

### *\* Sob supervisão da editora Liliane Corrêa*

---

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.  
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

---

© Copyright Jornal Estado de Minas 2000 - 2018. todos os direitos reservados.

## **em.com.br** Valores divergentes: EM tem acesso a planilha de indenizações de vítimas da tragédia de Mariana

Estudo feito pelo EM a partir de acesso à planilha de valores criada pela Fundação Renova para indenizar vítimas da tragédia de Mariana mostra divergências gritantes com valores de mercado

MP - Mateus Parreiras - Enviado especial (<https://www.em.com.br/busca?autor=Mateus Parreiras> -

postado em 08/04/2018 06:00 / atualizado em 08/04/2018 07:19



José Gonçalves nas ruínas do que foi sua casa: "Querem pagar uma miséria pela destruição"

(foto: Juarez Rodrigues/EM/D.A Press. )

**Mariana** – Cada calo nas mãos do produtor rural José Concesso Gonçalves, de 69 anos, conta parte da sua história de trabalho e sustento da família desde muito jovem, nas plantações e pastagens de Paracatu de Cima. “Tenho muito orgulho de tudo o que consegui. Foi com suor, com a ajuda da família, com dignidade”, resume. Depois que os rejeitos do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, varreram sua propriedade, em 5 de novembro de 2015, em uma das comunidades mais atingidas pelo pior desastre socioambiental da história do país, ele e seus parentes puseram a mão na massa e reconstruíram casa e plantações “praticamente sozinhos”. “Acreditamos que o que era nosso, eletrodomésticos, móveis, estaria garantido. Mas depois fomos saber que querem pagar uma miséria pela destruição que fizeram. Isso dói demais na gente”, resumiu o agricultor.

Passados praticamente dois anos e meio desde que um tsunami de 35 milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos de minério de ferro devastou 39 municípios da Bacia do Rio Doce, após o rompimento da Barragem do Fundão, operada pela Samarco, as indenizações por perda de bens, modo de vida e traumas ainda se arrastam. Pior do que isso: para muitos dos atingidos, o valor que se tenta conferir ao sonho de reconstrução da vida tem sido irrisório, um verdadeiro pesadelo. Foi o que comprovou o Estado de Minas ao ter acesso e avaliar a chamada Matriz de Danos, na prática uma lista que prevê qual valor cada atingido terá direito, de acordo com o bem, material ou imaterial, perdido.

Por ela descobre-se, por exemplo, que a Fundação Renova, criada para lidar com os danos provocados pelo desastre da Samarco, se propõe a pagar R\$ 274 por um guarda-roupas que se perdeu atolado no barro do desastre, ou R\$ 199 por um tablet engolido pela lama (veja arte). Atitudes como essa levaram sete entidades que supervisionam o processo de reparação – entre representante da Defensoria Pública e do Ministério Público em nível federal e dos

estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além do Ministério Público do Trabalho – a convocar a imprensa na quinta-feira para denunciar a Renova, a Samarco e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, por irregularidades em série, abusos, pressões e até “chantagem”.

## ORÇAMENTO DESEQUILIBRADO

Confira o valor atribuído pela Fundação Renova a alguns dos bens que atingidos perderam  
(Valores em R\$)



\*Pesquisa com cinco fornecedores diferentes em Mariana, Barra Longa, Governador Valadares e via internet, desconsiderando frete

## ANIMAIS PERDIDOS



## INDENIZAÇÕES POR DANO MORAL

Deslocamento físico de estabelecimentos comerciais fixos	R\$ 16 mil	Interrupção da atividade de pesca	R\$ 10 mil
Desalojamento temporário e perdas de bens (incluindo com valor sentimental) causado pela perda do acesso à residência e quintais	R\$ 5 mil (família)	Invasão da propriedade rural pela lama	R\$ 16 mil
Desalojamento temporário e perdas de bens pessoais (incluindo com valor sentimental) por dano parcial à residência	R\$ 10 mil (família)	Perda definitiva de residência e bens pessoais (incluindo com valor sentimental)	R\$ 15 mil
Perda do acesso ao imóvel impactado	R\$ 20 mil (família)	Deslocamento definitivo do impactado	R\$ 60 mil
Deslocamento temporário do impactado	R\$ 40 mil	Interrupção temporária do fornecimento de água	R\$ 880
		Interrupção temporária do fornecimento de água (Governador Valadares)	R\$ 1 mil

Fonte: Fundação Renova e reportagem

(foto: Arte)

Ao listar o que consideram uma sucessão de desvios, procuradores, promotores e defensores públicos elencaram providências a serem tomadas e deram ultimato de 20 dias para que a Fundação Renova as adote e reconheça modalidades de atingidos ainda não atendidos no processo. A ideia é que sejam revistos processos de negociação que têm sido considerados arbitrários e subvalorizados, resultando em exemplos como o citado durante a entrevista: a indenização paga por um pé de limão em produção, com a qual não seria possível comprar um quilo da fruta.

**BENS SUBVALORIZADOS** Concebida em novembro último, a chamada Matriz de Danos da Fundação Renova estabelece valores que orientarão sua política de indenizações. Na lista, o preço atribuído a imóveis, pertences, bens sentimentais, privações e situações a que os atingidos foram submetidos. Diante das 70 páginas que enumeram de instrumentos agrícolas a móveis, eletrônicos e eletrodomésticos, passando por danos morais, a reportagem do Estado de Minas foi conferir em cinco estabelecimentos dos mercados de Mariana, Barra Longa, Governador Valadares e pela internet os preços de alguns desses artigos.

Descobriu que alguns dos valores estipulados não seriam suficientes para comprar um produto novo em nenhum desses mercados. Em outros casos, o dinheiro previsto como compensação pela Renova possibilitaria adquirir apenas produtos das marcas consideradas de pior qualidade. Os valores de barbeadores elétricos, racks para suporte de TVs, tablets, fornos elétricos, camas de casal, guarda-roupas e roteadores chegam a ser 50% inferiores aos encontrados pela reportagem nos mercados pesquisados. A Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais (OAB-MG) informou que enviará ofício

para a Renova, para que a fundação explique oficialmente sobre os valores e a concepção da Matriz de Danos em toda a Bacia do Rio Doce.

Uma das aferições de valor que tem gerado mais controvérsias refere-se justamente ao transtorno que mais gente atingiu: a falta de água. Enquanto afetados de Governador Valadares – que ficaram sete dias sem abastecimento e durante muito tempo só consumiram água mineral, por desconfiar da qualidade do líquido fornecido – receberão R\$ 1 mil, segundo a Matriz de Danos, os demais, incluindo pessoas de Resplendor (24 horas sem água) e de Colatina (cinco dias sem abastecimento), receberiam R\$ 880, pelas contas da fundação.

---

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.  
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

---

© Copyright Jornal Estado de Minas 2000 - 2018. todos os direitos reservados.

## **em.com.br** Estudo revela prevalência de depressão entre atingidos pela tragédia de Mariana

Pesquisa feita em conjunto pela UFMG e a Cáritas Regional Minas Gerais ouviu pessoas entre 10 e 90 anos que foram vítimas do desastre. Crianças preencheram critérios para transtorno de estresse pós-traumático

jo \_ [Junia Oliveira](https://www.em.com.br/busca?autor=Junia%20Oliveira) ([https://www.em.com.br/busca?autor=Junia Oliveira](https://www.em.com.br/busca?autor=Junia%20Oliveira)).

cs \_ [Cristiane Silva](https://www.em.com.br/busca?autor=Cristiane%20Silva) ([https://www.em.com.br/busca?autor=Cristiane Silva](https://www.em.com.br/busca?autor=Cristiane%20Silva)).

postado em 13/04/2018 13:06 / atualizado em 14/04/2018 13:42



Tragédia de Mariana, que ocorreu em 5 de novembro de 2015, deixou 19 mortos. Sobreviventes relatam piora em problemas de saúde

(foto: Sidney Lopes/EM/D.A PRESS - 11/011/2015)

### Homem saudável, lavrador com uma pequena associação para

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/13/interna\\_gerais,951389/estudo-revela-prevalencia-de-depressao-entre-vitimas-de-mariana.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/13/interna_gerais,951389/estudo-revela-prevalencia-de-depressao-entre-vitimas-de-mariana.shtml)

produção de leite. Cavalgava o dia todo pelo campo. À cidade grande, se ia quatro vezes ao ano era muito. “Agora, vou a Mariana de segunda a segunda correndo atrás dos meus direitos. Estou diabético, tenho problemas de pressão arterial e tomo dois antidepressivos por dia. Sem os remédios fico agressivo. Não consigo mais raciocinar bem nem exercer minha profissão da mesma forma”, diz o lavrador Marino D’Ângelo Júnior, de 49 anos. Ex-morador de Paracatu de Cima, distrito do município da Região Central de Minas também atingido pelo rompimento da Barragem do Fundão, da mineradora Samarco, ele é um retrato da pesquisa sobre a saúde mental das famílias vítimas da tragédia: dois anos e meio depois, a lama não levou apenas vidas e sonhos. Deixou doentes e sem horizontes centenas de crianças, jovens, adultos e idosos.

A Pesquisa sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana (Prismma) foi feita com o objetivo de avaliar a saúde das vítimas, com ênfase na saúde mental – especialmente transtornos, desordens ou sintomas que podem piorar com o estresse, como depressão, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno por uso de substâncias e comportamento suicida. O diagnóstico faz parte de um estudo elaborado pelo Núcleo de Pesquisa e Vulnerabilidade em Saúde (Naves) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a pedido da Cáritas Regional Minas Gerais. O material foi divulgado nesta sexta-feira, em Belo Horizonte.

O levantamento mostra que, nesse grupo, a prevalência de depressão é cinco vezes maior do que a descrita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a população brasileira em 2015, ano da tragédia. Ou seja, enquanto 28,9% dos atingidos pelo desastre sofrem da doença, na população em geral esse percentual é de 5,8%. Já o transtorno de ansiedade generalizada foi diagnosticado em 32% dos entrevistados, apontando para uma prevalência três vezes maior que a existente na

população brasileira.

Para elaborar o estudo, em novembro do ano passado, a equipe convidou a responder questionários todas as pessoas com idades entre 10 e 90 anos que foram diretamente expostas à lama despejada pela barragem de rejeitos. Essas pessoas moravam ou tinham propriedades em Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Campinas, Pedras e Ponte do Gama na época do desastre que matou 19 pessoas, entre moradores e funcionários da mineradora. Dos 479 indivíduos abordados, 225 adultos e 46 crianças e adolescentes até 17 anos aceitaram participar da pesquisa. O restante se recusou, alegou medo de assinar documentos ou tinha outra justificativa para não responder às perguntas.

Pouco mais da metade dos entrevistados (53,8%) relatou sentir dores de cabeça e destes, 52,9% descreveram piora nos últimos dois anos. Aproximadamente um terço da população (31,1%) mencionou sentir tonteiras, sendo que 62,9% relataram piora nos últimos dois anos e 37,1% disseram não ter tido alteração. A falta de ar esteve presente em 13,8% dos entrevistados, com piora ocorrendo em 61,3% nos últimos dois anos. Em 35,5% dos casos não houve alterações e 3,2% não responderam. Da amostra, 35,1% sentiram palpitações e 63,3% manifestaram piora nos últimos dois anos.

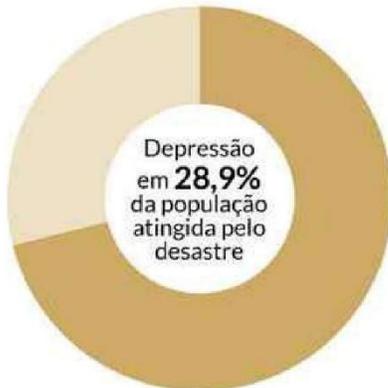
“Os números, em alguma medida, assustam pela gravidade, mas já eram totalmente esperados. Quem convive com os atingidos ouve queixas de fadiga, do estresse e da depressão”, afirma o coordenador operacional da assessoria técnica aos atingidos de Mariana da Cáritas, Gladston Figueiredo. O diagnóstico foi apresentado ontem aos moradores das comunidades tomadas pelos rejeitos e será usado para um diálogo com o serviço municipal de saúde. “Esperamos que esse estudo seja elemento fundamental na luta por políticas públicas acessíveis às pessoas, que essas questões sejam tratadas e discutidas no processo indenizatório na perspectiva do dano moral”, ressalta.

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/13/interna\\_gerais,951389/estudo-revela-prevalencia-de-depressao-entre-vitimas-de-mariana.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/13/interna_gerais,951389/estudo-revela-prevalencia-de-depressao-entre-vitimas-de-mariana.shtml)

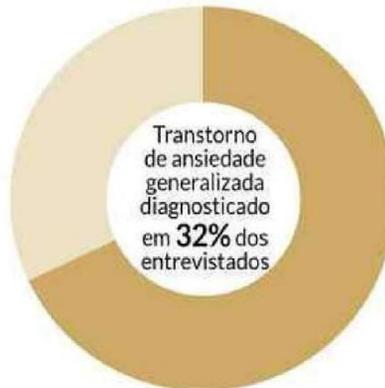
**DROGAS** Além da depressão e do transtorno de ansiedade generalizada, foram avaliados também o transtorno de estresse pós-traumático, o risco de suicídio e os transtornos relacionados ao uso de substâncias psicotrópicas, como álcool, tabaco, maconha, crack, cocaína. “Encontramos uma prevalência aumentada de transtornos psiquiátricos relacionados ao estresse na população atingida quando comparados aos dados descritos na literatura”, registra o estudo. A dependência de álcool foi diagnosticada em 5,8% da população e a de tabaco em 20%, enquanto 0,9% foi considerado dependente de maconha e 0,4% dependente de cocaína ou crack. Já o risco de suicídio foi identificado em 16,4% dos entrevistados. Entre eles, estão pessoas que declararam desejo de morte, relataram ideias suicidas, afirmaram que planejaram se suicidar no último mês ou reconhecerem já ter tentado alguma vez colocar fim à própria vida.

# TSUNAMI DE TRAUMAS

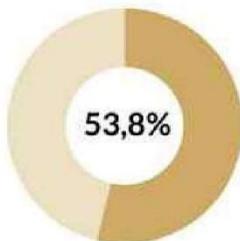
confira os dados da Pesquisa sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana (Prisma)



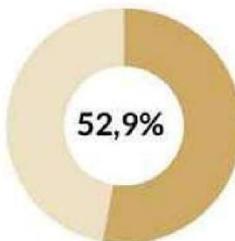
cinco vezes superior à da população em geral



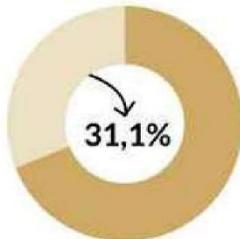
três vezes maior que a existente na população brasileira



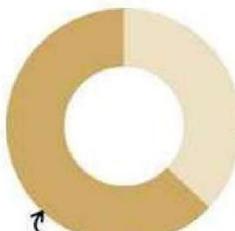
Pouco mais da metade dos entrevistados relatou sentir dores de cabeça



e destes, 52,9% descreveram piora nos últimos dois anos

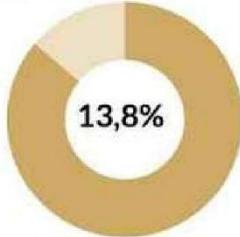


Um terço da população mencionou sentir tonteadas



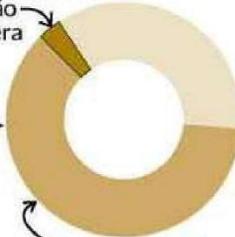
desses, 62,9% pioraram nos últimos dois anos

**37,1%** não se alteraram.



**13,8%** relataram

**3,2%** não responderam



**35,5%** não se alteraram



JFMG

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/13/interna\\_gerais,951389/estudo-revela-prevalencia-de-depressao-entre-vitimas-de-mariana.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/13/interna_gerais,951389/estudo-revela-prevalencia-de-depressao-entre-vitimas-de-mariana.shtml)



(foto: Arte EM)

## Crianças em estresse pós-traumático

Um grupo bem sensível também sofre as consequências da lama da Barragem do Fundão. Mais de 82% das crianças que fizeram parte do estudo preencheram critérios para transtorno de estresse pós-traumático. Nos adultos, esse diagnóstico envolveu 13,9% de mulheres e 8,6% de homens. Segundo o relatório da UFMG, o adoecimento da população não é um fato isolado e está conectado com estresses e processos de sofrimento social que as famílias têm vivenciado. “Estudos têm mostrado que as lembranças do ocorrido nas tragédias podem tornar-se profundamente vivas na memória, levando a respostas pós-traumáticas. As doenças físicas crônicas, as preocupações com os meios de subsistência, a perda de emprego, a ruptura de laços sociais e as preocupações com as indenizações foram associadas a respostas pós-traumáticas”, afirma.

Gladston Figueiredo cobra ações voltadas para quem está adoecendo. “É um crime que se perpetua e se renova desde o rompimento da

barragem e uma violação constante de direitos humanos. Dinheiro para essas empresas não é problema, pois a Vale e a BHP são as maiores mineradoras do mundo. Se a Renova gastasse metade do dinheiro que gasta com propaganda no atendimento a essas famílias a situação não estaria do jeito que está.”

Falta de respostas e de clareza de assentamentos. Aliás, dúvidas se, um dia, eles vão mesmo ocorrer. Incertezas quanto ao processo indenizatório, modos de vida que foram rompidos, pessoas que criavam galinhas e hoje estão num apartamento sem ao menos saber se um dia terão de volta algo para chamar de lar. Angústias que consomem, adoecem e tiram do rosto sorrisos de Marino e tantos outros. Para o lavrador, algo simples seria mais que suficiente: “Essa situação adoce qualquer pessoa. Não estamos querendo nada demais da Renova. Só o que a gente tinha antes. Só a nossa vida, que não vai ser como antes.”

Por meio de nota, a Fundação Renova informou que desenvolve, em parceria com o Instituto Saúde e Sustentabilidade, estudo que vai avaliar a tendência de aumento de transtornos mentais, de uso de álcool e outras drogas nos moradores das áreas atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão. O estudo será concluído em fevereiro do ano que vem, mas os resultados parciais serão usados para nortear novas ações da área de saúde. Acrescentou que faz parte da estratégia de apoio aos atingidos o fortalecimento das estruturas públicas existentes, tanto no atendimento clínico quanto na proteção social.

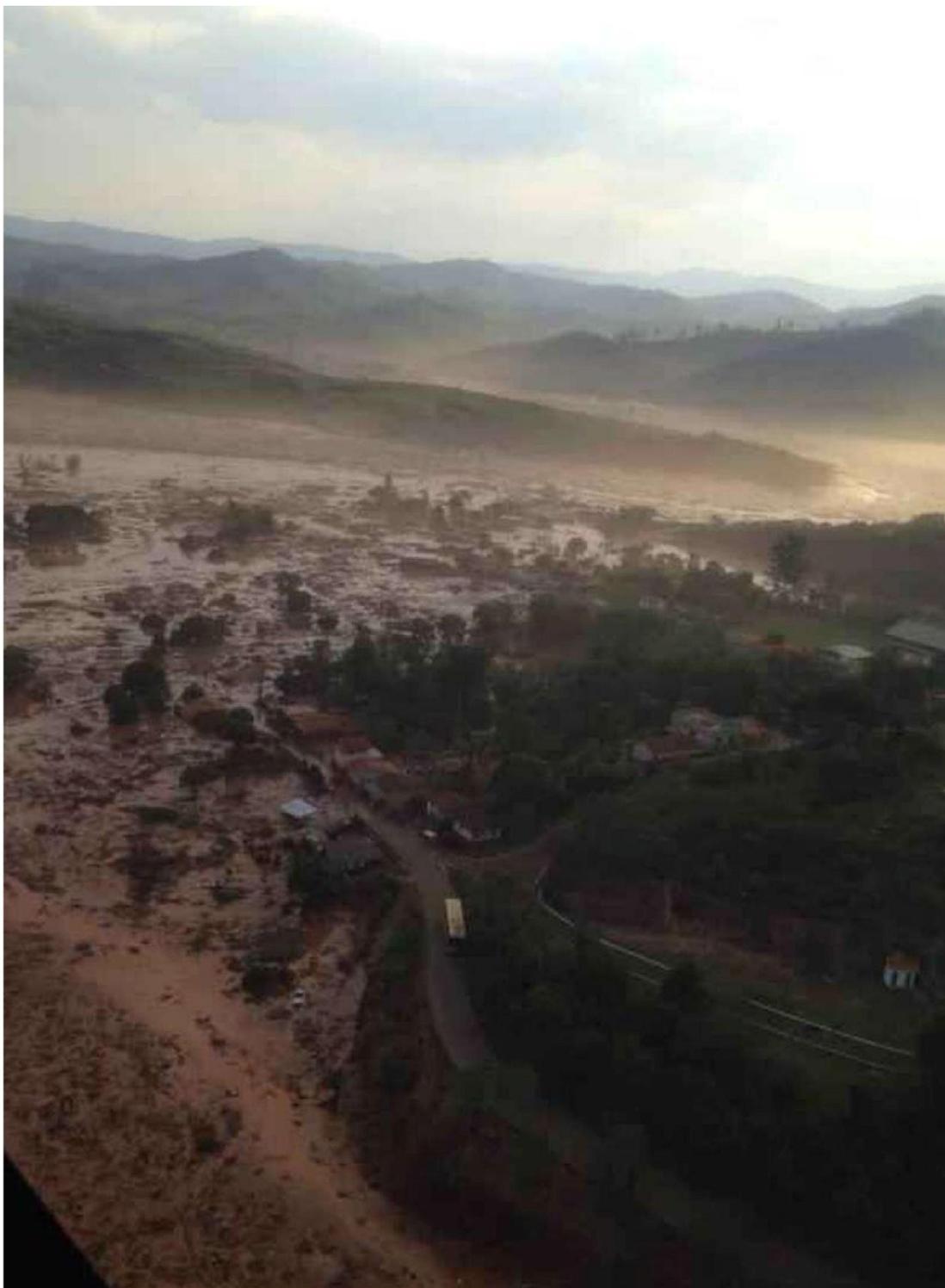
A fundação afirmou que reforça o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas) de Mariana com 50 profissionais de saúde e de assistência social. Todos os estudos e pesquisas que permitam uma melhor compreensão dos efeitos do rompimento da Barragem do Fundão sobre a saúde dos atingidos, e que possam contribuir na definição de medidas de prevenção e

assistência à saúde, são acolhidos com interesse”, concluiu o texto.

### **Desastre sem precedentes**

Em 5 de novembro de 2015, rompia a Barragem do Fundão, em Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana. Um mar de lama matou 19 pessoas e arrasou distritos. Aproximadamente 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos causaram devastação da vegetação nativa e poluição de afluentes e do Rio Doce, alcançando até sua foz, no Espírito Santo. O Estado de Minas foi o primeiro veículo de comunicação a entrar, três dias depois, no na chamada “zona quente”, nome dado pelos bombeiros ao perímetro onde se realizavam as buscas (foto) naquela que é considerada a maior tragédia ambiental do país, no mesmo dia do rompimento. Passados quase dois anos e meio da tragédia, ainda estão sendo calculadas as indenizações das vítimas, que perderam suas casas e continuam morando em imóveis alugados pela Samarco. Elas convivem ainda com atrasos na reconstrução dos distritos destruídos. Vinte e duas pessoas e as empresas Samarco Mineração S.A, BHP Billiton Brasil, Vale e VogBR Recursos Hídricos e Geotecnia são réus no processo, que se arrasta na Justiça.

Ver galeria . 22 Fotos ([https://www.em.com.br/app/galeria-de-fotos/2015/11/05/interna\\_galeriafotos,5436/tragedia-em-bento-rodrigues-barragem-rompe-em-mineradora.shtml?sd=no&back=https%3A//www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/13/interna\\_gerai-revela-prevalencia-de-depressao-entre-vitimas-de-mariana.shtml](https://www.em.com.br/app/galeria-de-fotos/2015/11/05/interna_galeriafotos,5436/tragedia-em-bento-rodrigues-barragem-rompe-em-mineradora.shtml?sd=no&back=https%3A//www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/13/interna_gerai-revela-prevalencia-de-depressao-entre-vitimas-de-mariana.shtml))



Barragem de rejeitos se rompe em mineradora de Mariana e inunda distrito

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/13/interna\\_gerais,951389/estudo-revela-prevalencia-de-depressao-entre-vitimas-de-mariana.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/13/interna_gerais,951389/estudo-revela-prevalencia-de-depressao-entre-vitimas-de-mariana.shtml)

(foto: Corpo de Bombeiros/PMMG)

---

Os comentários não representam a opinião do jornal e são de responsabilidade do autor.  
As mensagens estão sujeitas a moderação prévia antes da publicação

---

© Copyright Jornal Estado de Minas 2000 - 2018. todos os direitos reservados.